ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 23 DE ABRIL DE 2001

Aos vinte e três dias do mês de Abril, de dois mil e um, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram treze membros.

Por parte da Câmara Municipal, esteve presente a Senhora Presidente, Dr.ª Isabel Damasceno Campos e o Srs. Vereadores Dr. Vítor Lourenço, Eng.º Fernando Carvalho, Dr. Paulo Rabaça, Eng.º Pedro Faria, Dr. José Alves , Dr. Acácio Sousa Sr. António Sequeira.

A sessão foi presidida pelo Sr. Leonel Pontes , Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos Srs. Deputados Cláudio de Jesus e Manuel Rosa Órfão.

Havendo "quorum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.00 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

1. RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 22.02.01 a 23.03.01 E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação;
2. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA RELATIVO AO ANO 2000 - Apreciação, discussão e votação;
3. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO RELATIVO AO ANO 2000; Apreciação discussão e votação;
4. LEIRISPORT - DESPORTO, LAZER E TURISMO DE LEIRIA - ALTERAÇÃO DO ACORDO PARASSOCIAL E CONTRATO DE OPÇÃO DE VENDA - Apreciação, discussão e votação;
5. CEDÊNCIA À FREGUESIA DE LEIRIA DO EDIFÍCIO-SEDE DA FREGUESIA - Apreciação, discussão e votação;
6. REGULAMENTOS DE CEDÊNCIA E UTILIZAÇÃO DOS PAVILHÕES DESPORTIVOS MUNICIPAIS DE : MACEIRA, GÂNDARA, CARREIRA E CARANGUEJEIRA; Apreciação, discussão e votação;
7. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - Apreciação, discussão e votação;
8. PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO REI - APROVAÇÃO DA RECTIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES - Apreciação, discussão e votação;
9. ALTERAÇÃO PARCIAL AO QUADRO DE PESSOAL DA C.M.L. - Apreciação,discussão e votação
10. RECTIFICAÇÃO DA REDACÇÃO DO PONTO N.º9 DA ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE ABRIL DE 2000, REFERENTE AO PLANO DE PORMENOR DA ALMUINHA GRANDE – ALTERAÇÃO - Apreciação, discussão e votação

RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA DE 16.03.01 A 16.04.01

ENTIDADE	ASSUNTO	DESPACHO
ANMP	Pareceres e outros documentos do Comité das Regiões da U.E.	Tomado conhecimento
ANMP	Criação de GIPE(s) nos Bombeiros Sapadores e Municipais	Tomado conhecimento
CEPAE	Convite p/ IV Jornadas Culturais CEPAE 2001	Tomado conhecimento
Governado Civil de Leiria	Convite p/ inauguração da EXPOSEGUR	Tomado conhecimento
idem	Convite p/ Seminário "A Protecção Civil e os Eleitos p/Autarquias	Confirmar presença do Presidente
Associação Nacinal de Bombeiros Profissionais	Convite p/ cerimónia de encerramento da Formação Profissional ano lectivo 1999/2000	Tomado conhecimento
ANMP	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais	Tomado conhecimento
Deputado Municipal de Ferreira do Zêzere - José Manuel G. Duarte	Pedido de suspensão do D.L. n.º 56/2001 - solicita que este assunto seja objecto de discussão na sessão da Assembleia de Leiria	Dar conhecimento à Assembleia
António Ferreira B.Pereira	Alargamento da E.M. 1245 Martinela/Arrabal	Tomado conhecimento
ANMP	Envio do boletim Municipal	idem
Manuel Jesus de Carvalho	Solicita relevação da falta à sessão de 22.03.2001	Releve-se a falta
ANMP	Envia Resolução aprovada por aquela entidade s/ a tragédia em castelo de Paiva	Tomado conhecimento
Grupo Parlamentar do PCP	Impactos Económicos do Programa POLIS	Tomado conhecimento
Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos	Envio de moção s/ o "Papel das Assembleias Municipais no séc. XXI"	idem
ANMP	Modernização e Dignificação das	Tomado conhecimento

	AM'S	

ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Senhores Deputados, pedia o favor de tomarem os vossos lugares, para darmos início aos trabalhos.

Tendo em conta que temos quorum dava por aberta esta sessão, e antes de mais, em nome da Assembleia, começava por felicitar as novas vilas da Caranguejeira e de Santa Catarina da Serra, na pessoa dos seus Presidentes Sr. Joaquim Mónico e Domingos Neves.

Assim, começaríamos os nossos trabalhos . Vamos começar **pela acta da sessão de 22 de Fevereiro.**

Quem deseja inscrever-se?

Ninguém. Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções.

Está aprovada por maioria.

Temos também a **acta da sessão extraordinária do dia 22 de Março**, alguém deseja inscrever-se?

Ninguém. Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções.

Está aprovada por maioria.

Quanto a correspondência, foi enviada a relação da correspondência recebida, dispensa-se por isso a sua leitura. De acordo com o regimento a Sr.ª Presidente da Câmara poderá fazer uma exposição oral que não tem a ver com o relatório de actividades, às vezes há confusão nestas duas matérias, um é da ordem de trabalhos o outro é fora da ordem de trabalhos.

Deseja usar da palavra, Sr.ª Presidente?

Não! Algum dos Srs. Deputados quer usar da palavra antes da ordem de trabalhos?

Muito bem, Sr. Deputado Jorge Vieira faça favor.

DEPUTADO JORGE VIEIRA(PPD/PSD)

Jorge Vieira, PSD.

Sr. Presidente, Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, o que me traz aqui acima, é para mim algo desagradável, porque venho aqui , todos sabem penso eu, referir a morte de um colega de luta, o Sr. Ilídio Morosso Angélico, falecido vítima de doença prolongada, ele que na Maceira e na co-incineração tanto lutou contra as patologias provocadas pela poluição, sendo que claramente o cancro é uma dessas patologias, não só em Portugal mas no mundo inteiro, apraz-me deixar aqui uma nota de um homem que foi pela Maceira, um lutador intransigente, um homem que não defendia a cor de um partido defendia uma terra, defendia claramente todas as iniciativas que tivessem a ver com jovens, pai de três filhas, e por isso mesmo desde muito cedo, tudo o que eram associações, tudo o que era trabalho que envolvesse jovens, ele estava nos órgãos directivos.

Para este homem, deixo aqui a minha saudade e o meu reconhecimento pelo trabalho feito não só pela Maceira mas por Leiria, muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Dava a palavra ao Sr. Deputado Garcia da Fonseca, faça favor.

DEPUTADO RUI GARCIA DA FONSECA(PPD/PSD)

Rui Garcia, PSD.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.ª Presidente da Câmara, caros colegas.

Vou fazer uma curta intervenção mas penso que é importante e vou lê-la para ser mais rápido.

As obras em curso em Leiria, constituem uma verdadeira revolução e são uma pedrada no charco o imobilismo urbano de que há muito a cidade sofre. É evidente que tais obras provocam sempre transtornos para as pessoas, não me pronuncio sobre os critérios usados nos trabalhos nem dos seus timings. Não sou técnico, apenas sei que afectou muito os padrões de conforto de toda a população, não é fácil contornar ou evitar essa dificuldades, que só a conclusão dos trabalhos consumará. Assim,. Só abordarei o aspecto ao alcance da minha crítica, para qual chamo a atenção da Excelentíssima Presidente ou seja, o empoeiramento da cidade por via dessas obras, valas e terras expostas ao calor e à secura do Verão, lançam verdadeiras nuvens de pó que afectam toda a gente, automóveis ligeiros e pesados, cujos condutores com costumada falta de civismo não abrandam quando passam agravam ainda mais a situação, o quadro é especialmente gravoso para os mais idosos, pois a função respiratória e estou a olhar ali para o Sr. Dr. Jorge Vieira, é uma das mais sensíveis aos factores ambientais. Experimente-se fechar a boca e apertar o nariz durante um minuto e compreender-se-á melhor o que eu digo, tenho alguma autoridade para o dizer, fui

técnico de saúde pública e o reformar-me era chefe dos serviços de Saúde Pública, e é a saúde pública que neste caso, aqui está em causa.

Por isso, sugiro à Câmara, que equacione o problema das poeiras que a partir de agora até ao Outono vão afligir Leiria, traçando um plano estruturado das regras que são necessárias para reduzir ao mínimo tolerável essa poeiras. Não sei quanto custa regar repetidamente as obras mas sei que custará sempre muito menos que o prejuízo para a saúde de todos nós poderá sofrer com a inalação das poeiras que recebe dessas obras, muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra ao Sr. Deputado José Soares.

DEPUTADO JOSÉ FERREIRA SOARES(Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca)

Muito boa noite, José Soares, Presidente da Junta da Bajouca.

Sr.ª Presidente, Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Só três questões, vou procurar ser muito rápido e começaria pela primeira para fazer uma recomendação à Sr.ª Presidente. Que dentro do possível, tentasse ver se conseguia ter acesso ao projecto que foi elaborado para as últimas obras que se fizeram no nó da auto-estrada n.º 1em Leiria.

Eu não acredito, que algum engenheiro em pleno 2001 ou no resto de 2000, fizesse um projecto incompleto como incompletas estão as obras no nó da auto-estrada, para isso não tivessem mexido, não tivessem gasto dinheiro. É inacreditável que em 2001 se terminem obras, em que eu para entrar na auto-estrada 1 no concelho de Leiria, capital do distrito, se corte a faixa de rodagem, creio que há poucos quilómetros no país que eu não tenha percorrido, casos como este Sr.ª Presidente, não há no país, porque é que em Leiria se continua a teimar em fazer assim? A solução daquele problema resolve-se num só dia, porque basta lá ir o pintor e assinalar a terceira faixa antes de se entrar , para quem vai de Leiria e entra na auto-estrada, porque o que resta da terceira faixa ou seja a faixa para os veículos pesados, é mal a distância que é necessária para a chamada área de lançamento e está errado o conceito quando se diz que é a faixa dos transportes lentos, porque o Código e se é que o conheço, já sou obrigado a conhecer alguma coisa dele, obriga-nos quer seja com ligeiro quer seja com pesado a andar na auto-estrada encostados à faixa da direita, os pesados é que quando há três faixas em princípio é que estão proibidos de andar na terceira faixa da esquerda, era só isso e agradecia que o outro assunto Sr.ª Presidente e caros colegas de Junta, eu há uns tempos para cá que sempre que aparece um suplemento acerca de uma freguesia, em principio eu creio que os tenho todos guardados de todas as freguesias

porque considero que é quando a gente vai saber história, acerca daquela freguesia, a minha, talvez por estar na época em que estamos, já teve que ser tratada de maneira especial. Daí que, vos manifesto a indignação do povo da Bajouca, tenho que vos dizer infelizmente, ontem fui à missa a outro lado, não fui à Bajouca, porque fui muito procurado, andou muito jornal nas mãos e fotocópias à saída da missa, há indignação, nos cafés não se fala noutra coisa, não é pela notícia, porque a notícia que vem sobre a miséria da Bajouca, se calhar esta miséria está escondida aí em plena cidade de Leiria, portanto a Bajouca apenas é uma freguesia composta com tudo agora, o que revolta e revoltou o povo da Bajouca é o jornal que tem em primeira página especial Freguesia da Bajouca e na primeira folha apenas encontrou a palavra miséria, foi o que revoltou o povo da Bajouca, pelo menos utilizassem metade da página para a miséria e a outra metade para a parte positiva.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Pinto, faça favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Apenas uma curta intervenção, dois reparos, duas tomadas de posição da bancada do Partido Socialista a lamentar dois acontecimentos recentes, o primeiro a falta de seguro dos transportes da Câmara Municipal de Leiria, queremos que fique aqui registado o nosso protesto e indignação e surpresa por tal ser possível, três anos e meio depois de se ter iniciado o mandato, e o segundo em relação à forma como foi organizada esta semana e a semana que finda o mercado de Leiria que levou a um levantamento dos vendedores mas também à indignação de todos os leirienses e apêndice a esta situação lamentar aliás já não aconteceu pela primeira vez, uma certa arrogância no comunicado em que a autarquia ameaça os feirantes que pagam para vender, que se continuarem com os protestos deixa de haver mercado e deixa de haver feira. Penso que não é assim que se tratam as situações ainda mais numa situação em que partiu de um erro de planificação e de organização da própria autarquia.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Fonseca, faça favor.

DEPUTADO ANTÓNIO FONSECA(PS)

Sr. Presidente, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Deputados.

Já vai sendo hábito que nas Assembleias muitas das vezes não são ouvidas as suas recomendações por parte do executivo. Refiro-me concretamente ao seguinte: nesta Assembleia foi há uns meses atrás , penso que o ano passado, levantado pelo Deputado Rui Garcia da Fonseca, o problema dos ratos nos muros do rio e nas margens do rio. Eles continuam cada vez mais e penso que nada foi feito no sentido de tratar esta espécie, também eu nesta vez na Assembleia, levantei aqui um problema, fiz uma recomendação à Sr.ª Presidente da Câmara, para que fossem colocados uns contentores ou umas papeleiras no parque da cidade, no Marachão e acontece que muita gente vai comer o seu lanche naqueles bancos e os restos, os papeis, os contentores da comida vão para o rio ou ficam ali à espera que passe a brigada da limpeza que muitas vezes não passa, a maior parte das semanas acumulam-se ali montes de papeis , garrafas e toda a espécie de invólucros.

Também o Sr. Deputado Domingos Carvalho fez uma recomendação numa das últimas Assembleias, em que pedia que devido às obras da cidade a Sr.ª Presidente interviesse junto da PSP no sentido de poderem de alguma forma contribuir nas horas de ponta e de maior engarrafamento. Eu não tenho verificado isso, e tenho verificado uma grande confusão quer lá em cima na passagem subterrânea da Cruz D'Areia, quer nos acessos à IC2 na Almuinha, quer junto á estação dos correios, à entrada da antiga 108, e eu fazia mais uma vez a recomendação à Câmara Municipal no sentido de se pôr mais em prática as recomendações que os Srs. Deputados nesta Assembleia vão levantando.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Li num jornal aqui da região, mais propriamente aqui de Leiria, que havia um estudo prévio e que foi apresentado ao Município em relação à Moagem Leiriense, fiquei preocupado porque recordo-me de haver para ali um plano de pormenor , recordo-me também nessa altura em que se discutiu a ocupação e a urbanização daquela área, de o índice de ocupação ser já digamos no limite que o PDM permitia, muito próximo. Eu quero-lhe dizer que aprovei, foi talvez o único plano de pormenor que aprovei até hoje e quase me arrependi de pois de ter visto a ocupação do espaço e agora vejo que se pretende fazer um espaço comercial amplo, há dois ali naquele sítio, dois edifícios com mais trinta e cinco habitações, é claro está lá o parqueamento para duzentos carros, o problema nem é tanto o parqueamento, o problema é dos fluxos que isso impõe e dos

índices que na minha opinião vão de certeza absoluta para além daquilo que o PDM permite, daquilo que é razoável. Diz aqui quase como certo, ou dão a entender, que está quase como certo que este estudo prévio e que ainda é estudo prévio naturalmente, vai para a frente e que vai requalificar todo aquele espaço e não ouvi por parte do Município nenhuma opinião que contradissesse isso. Eu gostava de saber se a Câmara por um lado está a articular este projecto com o Plano de Pormenor do Carpalho, e se está a considerar que tem regras a cumprir em termos de densidade em relação aquela área porque depois não vale a pena tomarmos medidas de túneis, quando a gente densifica certo tipo de situações e portanto massifica, massifica e depois não temos soluções, é evidente que eu fiquei preocupado não digo que não precisemos de requalificar aquele edifício, agora, fazendo edifícios novos ali, com mais trinta e cinco , depois um espaço comercial no interior, quer dizer, eu não sei se é aquela a solução, era bom que a Câmara ponderasse e que também dessem aqui alguma informação sobre essa matéria, e já agora dizer o seguinte: é claro que disse isso por brincadeira mas a língua e as representações por vezes são muito traiçoeiras, eu lamento que na Bajouca, passar à esquerda seja roubar, eu estava convencido que era o contrário mas pronto, fica assim.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra ao Sr. deputado Luís Teixeira, faça favor.

DEPUTADO LUÍS TEIXEIRA(PPD/PSD)

Boa noite, Sr. Presidente, Sr.ª Presidente, caros colegas.

Eu tenho aqui apenas duas ou três coisas para apresentar aqui à Câmara Municipal de Leiria, inclusivamente aqui à Assembleia, apesar de eu já ter tido algumas conversas com a Sr.ª Presidente em relação a isto.

Isto tem a ver com a A8, e há dias tive uma ou duas reuniões passageiras com os engenheiros da Somage, o Sr. Eng.º Messias e o Sr. Eng.º Pedro Silva. Não sei se alguém aqui nesta Assembleia como eu, já me apercebi de mais erros que estão a acontecer, um deles são os camiões do lixo que por lá passam todos os dias, tem a ver com o concelho da Marinha Grande mas penso que o concelho de Leiria tem muito a ver com a situação, porque a entrada e saída quando se vem da Marinha, pela estrada da Marinha e se corta do lado direito é muito mau, agora, queria deixar aqui e já chamei isso à atenção da Sr.ª Presidente e disse-me que ia tomar iniciativas não sei se tomou se não, e também queria dizer ali ao Sr. Eng.º Cláudio, que é um dos responsáveis da empresa onde trabalha, que deve obrigar não sei quem a fazer a aquela entrada de

outra maneira, porque à frente o Aterro Sanitário, todo ele encontra-se precisamente na Freguesia dos Parceiros, este é um dos pontos.

O segundo ponto, não sei se já se aperceberam, tive a preocupação de ir buscar á Marinha Grande, aos escritórios da Somague, como é que vai entrar e sair o trânsito da A8 na variante Leiria/Marinha Grande e segundo me disse o Sr. Eng.º Messias e Sr. Eng.º Pedro Silva, não há ali projecto para nada. Aqui muitas vezes fala-se das coisas aqui da cidade mas nós temos uma A8 que já vem sendo contestada há muito tempo, já pelas razões que toda a gente conhece, chega ao Alto do Vieiro fica ali encravada até não sei quando, porque a IC36 não sei quando é que vai avançar e quando é que está pronta, apesar de a Sr.ª Presidente ter uma garantia para começar mas não sabe quando, e, mais uma vez aqui há dois erros enormes, que é preciso que tos os colegas aqui e a Sr.ª Presidente da Câmara, o Sr. Eng.º Cláudio que passa lá todos os dias, olhem para estas situações. O Sr. Soares há bocado chamou ali a atenção de uma coisa, pensei que era isso que ele ia falar mas não foi, são dois casos bastante importantes em relação à A8, para a entrada e saída da A8 e para entrar e sair para o aterro sanitário e para os Mouratos.

Sr.ª Presidente, queria também mais uma vez , nunca aqui vim chamar à atenção disto, mas agora venho, para saber em que situação é que se encontra a entrada e a saída para os Parceiros? Já se conversou muito, já se falou muito sobre isso, continua-se a construir e bem, quantas mais construções melhor, mas nós não podemos passar pelo ar, tem de haver uma entrada e uma saída como deve ser dentro daquela freguesia, porque não tem, tirando aquilo que há, não há mais nada, por debaixo da ponte, aquela passagem lá em cima pelo Continente, foi feito por sei lá como e foi mal feito na altura porque devia ter pelo menos quatro vias ou três, torna-se bastante perigoso aquele traçado ali, temos à frente aquela rotunda que merecia ter uma passagem como deve ser nas devidas condições e é apenas um tabuleiro que está ali e nada mais, já se têm dado alguns acidentes, e alguns deles graves e são reparos que eu coloco aos nossos vereadores responsáveis destes sectores, deviam ver, não era preciso eu vir aqui dizer, mas isto são assuntos importantes que têm que ser revistos.

Outra coisa que eu gostaria de chamar à atenção era que um dia destes temos o nosso mandato acabado e as casas sociais que eu pensava que já deviam estar habitadas há dois anos, continuam paradas completamente. Não entendo, não posso compreender o que é que se está a passar, desculpem lá mas eu tenho que alertar aqui para essa situações, se o empreiteiro não tem dinheiro, se ele faliu, ponham-no de lá para fora e ponham lá outro.

Agora, queria apenas pedir aqui à Sr.ª Presidente que de facto visse esta situação com o Sr. Presidente da Câmara da Marinha Grande , este problema porque é muito grave, e outra coisa ainda, entreguei nas suas mãos o projecto da ponte a seguir ao campo de futebol dos Parceiros, diz

que já passou aqui pelos ouvidos de diversas pessoas que eles não o querem fazer, isso é mentir mas veja lá em que situação é que isso se encontra porque a ponte já devia estar, apenas nos pediram o corte de estradas por seis meses e já lá vão uma série de meses depois disso e a ponte continua por fazer.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado.

Tenho aqui mais uma inscrição mas eu mesmo também estava inscrito para usar da palavra. Primeiro informar a ilustre Assembleia, de que o Conselho Consultivo para a Defesa e Reabilitação do Centro Histórico tem reunido e reuniu em tempo recente, recebendo conhecimento dos trabalhos desenvolvidos por parte do Sr. Arquitecto Manuel Teles. Na minha opinião os trabalhos estão a decorrer muitíssimo bem, de resto a imprensa também tem dado conta disso.É nossa intenção continuar a ter essas reuniões com regularidade, pensamos que o trabalho que está a ser desenvolvido é um trabalho importante, não tão fácil como efectivamente se esperaria mas a Assembleia se porventura precisar de alguns esclarecimentos, há alguns membros que também têm participado assiduamente na discussão e no acompanhamento destas matérias e poderão também informar, e no fundo deverão até ser eles a relatar os factos.

Tinha aqui um segundo ponto que era o seguinte: nós estamos quase a iniciar as comemorações do 27º Aniversário do 25 de Abril, naquele tempo tudo era possível hoje não. Não é muito possível acontecer coisas como nós vemos, e, eu faço aqui um breve enquadramento. Algum tempo depois a seguir ao 25 de Abril, na linha do Oeste uma das estradas que não tinha passagem de nível ficou um camião,o povo levantou-se, as pessoas arrancaram a linha, fizeram coisas que na altura até ficavam bem. Por esse facto, eu fui indiciado, e isso correu mal, valeu na altura o Governador Civil da época ajudar a resolver essa situação, agora, já decorreram vinte e sete anos, não faz sentido que a CP agora dita REFER, unilateralmente feche passagens de nível, passagens que são centenárias, o povo daquela freguesia - Monte Redondo- está muito indignado com aquele facto. Deixava esta nota, de resto já falei à Sr.ª Presidente, escusaria de estar aqui a fazer esta referência, mas acho que como medida de reflexão devemos dizer estas coisas, não faz sentido que os poderes instituídos deixem que estes factos ocorram, retirar uma passagem de nível também ela centenária, não faz sentido e não faz, tanto mais, fazendo-o durante a noite, há coisas que devem ser feitas de dia, aos olhos das pessoas e não de noite.

Eu deixava aqui esta nota também à Sr.ª Presidente de Câmara, no sentido de ver efectivamente o que é que pode fazer para repor aquela passagem de nível e no mínimo deixar

uma passagem pedonal, porque as pessoas para passar de um lado para o outro não têm condições nenhumas. Fica o reparo.

Sr. Deputado Góis, faça favor!

DEPUTADO GÓIS MARTINS (PPD/PSD)

Góis Martins, PSD.

Eu venho aqui apenas para prestar um esclarecimento na qualidade de técnico de seguros e não propriamente como Deputado da Assembleia Municipal.

A intervenção do Sr. Luís Pinto ainda há pouco, e a notícia que um jornal da imprensa publicou, provavelmente alarmou-nos a todos, não temos nenhuma razão para ficar alarmados, é bom é que estas coisas não sejam tornadas públicas sem se saber concretamente do que é que estamos a falar, porque estar a dizer que o autocarro da Câmara circula sem seguro para as pessoas é um erro crasso e revela total ignorância. Certamente que a Sr.ª Presidente irá informar acerca das informações que obteve mas adiantava desde já dizer o seguinte: qualquer seguro de responsabilidade civil para um veículo de passageiros, engloba automaticamente esses mesmos passageiros, é bom que as pessoas antes de virem cá para fora alarmar, que digam como. Agora se me disserem que provavelmente o valor seguro pode ser reduzido, tanto mais quando estamos a falar de um autocarro que leva cinquenta e tantos passageiros, aí então talvez não seja imprudência analisar um capital mínimo obrigatório que são de quinhentos mil contos e então contratar um seguro adicional, facultativamente, mas isto é uma questão facultativa, a lei está cumprida pela Câmara Municipal de Leiria, como aliás por todos os detentores de veículos de passageiros, desculpe, a notícia que veio no jornal e o Deputado Luís Pinto veio corroborar dela, vem alarmar as pessoas dizendo que o autocarro circula sem seguro não é verdade? Portanto circula sem seguro talvez não tão elevado como nós desejaríamos mas que estejam as pessoas e os pais das crianças que circulam no autocarro descansados, porque o autocarro tem seguro para os passageiros embora sujeito a rateio de quinhentos mil contos pelo número de vítimas se elas acontecerem, era apenas isto.

PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra à Sr.ª Presidente para responder às questões colocadas.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Sim senhor. Foi exactamente aquilo que disse o Sr. Góis Martins, tem efectivamente seguro só que é o seguro que está previsto na própria Lei.

Desculpe oh Sr. Deputado Luís Pinto, o que eu acho que é importante esclarecer e aproveitar a oportunidade para dizer que efectivamente há seguro de passageiros, não há é um seguro específico que vá apara além daquilo que está previsto na Lei, portanto era esse esclarecimento que eu queria dar e que o Sr. Deputado Góis se antecipou por conhecer do assunto e portanto esclareceu a questão.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado José Augusto Esteves, era só para esclarecer do seguinte: aquilo que foi aqui apresentado numa reunião de Câmara, eu por acaso não estava nessa reunião mas foi apresentado apenas um esboço daquilo que se pretendia ou que as pessoas pretendem fazer, para a recuperação do edifício da Moagem. Naturalmente que, serão cumpridos rigorosamente todos os planos que estão previstos para o local, desde o PDM passando por planos de pormenor, etc, aquilo que é apresentado é apenas uma intenção que nem sequer deu entrada nenhum projecto formalmente na Câmara, foi apenas um desenho que foi apresentado de um conjunto de intenções de intervenção, naturalmente que as pessoas sabem e foram informadas de que têm que cumprir rigorosamente tudo o que está previsto nos planos começando no PDM e acabando no Plano de Pormenor.

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Teixeira, é assim : o acesso à Valorlis, conforme o senhor levantou em devida altura, está aliás é preciso esclarecer que o acesso à Valorlis se faz em território do concelho da Marinha Grande, e portanto naturalmente que a intervenção junto à A8 compete em primeiro lugar ao Sr. Presidente da Câmara da Marinha Grande. Eu alertei-o, ele está exactamente em cima da situação, no sentido de que o acesso à Valorlis seja feito de forma a que tenham em atenção o volume de trânsito e tipo de trânsito que ali se efectua e portanto a solução encontrada, segundo a informação que ele me deu há pouco, é a solução equilibrada para a Marinha Grande e naturalmente para Leiria também.

Em relação à questão que o senhor aqui levantou dos acessos aos Parceiros, conforme sabe, esse problema dos acessos aos Parceiros está englobado no projecto de alargamento do IC2, faz parte desse projecto, e como é sabido, o alargamento do IC2 faz parte de um pacote lançado a concurso que contempla também o IC36 que faz a ligação entre duas auto-estradas, A1/A8. Naturalmente que é de lamentar, eu já o disse aqui, o problema que vai surgir na prática, que é o facto da A8 chegar ao Alto do Vieiro e não ter a ligação à A1 concluída. Isto deve-se, pura e simplesmente ao facto de ter havido um ano e meio de atraso, desde a altura em que o Governo assumiu ou pelo menos publicamente a intenção de avançar com o concurso da IC36 até ao dia em que o mesmo saiu anunciado no Diário da República. Naturalmente que com um ano e meio de atraso, os prazos eram muito à pele no sentido de termos o IC36 e o alargamento do IC 2 concluído com a chegada da A8 ao Alto do Vieiro, que se previa para Setembro e eu duvido que

se conclua até Setembro, porque o Inverno que tivemos foi complicado para as obras todas mas se não chegar em Setembro chegará em Dezembro ou Janeiro e naturalmente que nessa altura, nem sequer se iniciou ainda a obra do IC36 e do alargamento do IC2. Que é dramático e que é importante que esta Assembleia juntamente porque Câmara tem-no feito sistematicamente, as reuniões que têm havido a nível da Secretaria de Estado e do Presidente do Instituto de Estradas de Portugal são imensas, é bom que esta Assembleia também tome uma posição de constrangimento e do incómodo que vai surgir a toda a população, a chegada da A8 ao Alto do Vieiro e o único acesso ou pelo menos o acesso mais directo à auto-estrada A1, ser através da Cova das Faias, portanto esse projecto que está agora em concurso contempla também o acesso através de viaduto aos Parceiros, é pena é ter sido com o atraso que foi e posso-vos dizer que foi com insistências imensas e conforme eu já disse oportunamente aqui numa Assembleia, no dia em que saiu o anúncio no Diário da República o antigo Presidente do Instituto de Estradas mandou-me um cartão a congratular-se e a dar os parabéns a Leiria por ter sido aquela conquista que achava que era muito difícil. Portanto, é bom que se tenha consciência do constrangimento que vai haver quando efectivamente a A8 estiver pronta e chegar ali.

Relativamente aos pormenores que o senhor aqui referiu dos acessos ao campo de futebol e outras alterações que no fundo, são alterações ao projecto, tenho uma reunião agendada com o Sr. Presidente do Instituto de Estradas de Portugal, já a tinha pedido com o anterior Presidente, como sabe o Presidente do Instituto de Estradas muda com muita vulgaridade, assim como o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, são enfim, membros do Governo com quem a gente tem falado várias vezes e que mudam frequentemente, que traz complicações objectivamente porque temos contara a história de cada vez que lá vamos, porque não fazem a mínima ideia do que vem de trás, a semana passada tive uma reunião já com o Secretário de Estado das Obras Públicas, relativamente às acessibilidades da região, porque foram todos os Presidentes de Câmara da Associação de Municípios da Alta Estremadura que estiveram presentes, e foi uma dificuldade enorme para situarmos o senhor relativamente a todos esses problemas, que não conhecia, porque nós já lá tínhamos ido anteriormente contar as histórias ao outro que lá estava, que se foi embora de repente e que não deixou nada contado e portanto, isto tem dificuldades grandes em relação aos problemas que vão surgindo.

Em relação ao Presidente do Instituto de Estradas, tínhamos agendada uma reunião e estamos à espera que o Sr. Presidente nos receba para mais uma vez contarmos esta história mais uma vez, a mais uma pessoa que nos acompanha. Portanto isto é só para terem a noção de que há um acompanhamento persistente, até se pode considerar uma persistência "chata" que é o nosso

papel efectivamente, agora é difícil quando temos permanentemente membros do Governo ou órgãos do Governo a mudar e a estarem por fora dos assuntos que entretanto transitam.

Por último, só um esclarecimento em relação à questão das casas sociais. As casas sociais passa-se que efectivamente foram adjudicadas por uma empresa que era constituída por dois sócios, e em determinada altura separam-se e ficou só um, com dificuldades naturais por ter ficado com a responsabilidade da empresa toda. Evidentemente que na altura pôs-se a questão, justifica-se rescindirmos o contrato e agora voltar a abrir concurso para enfim, ser entregue de novo a uma outra empresa? Era mais complicado com as dificuldades inerentes, não é por falta de dinheiro porque nós temos pago com montes de tempo, montes de cuidado, mas com as dificuldades inerentes às dificuldades internas de gestão que a própria empresa tem. De qualquer das maneiras, a informação que eu tenho é que neste momento estão praticamente prontas, e que o problema que se pôs ultimamente foi com o tempo que esteve atrasaram-se as pinturas e tudo quanto tinha a ver com trabalhos exteriores portanto, muito em breve teremos as casa sociais com estas vicissitudes de enfim, ter sido o concurso ganho por uma empresa que teve estes problemas de percurso.

Por último, só um esclarecimento ao Sr. Presidente da Assembleia, relativamente à questão da passagem de nível, efectivamente a Câmara não se pronunciou isto é, não deu nenhum parecer favorável ao encerramento da passagem de nível, antes pelo contrário, tomou uma posição quando tivemos conhecimento através da informação que o senhor nos fez chegar, que tinham procedido ao encerramento sem qualquer tipo de opinião quer da Câmara quer da Junta de Freguesia. Portanto, esperemos que o nosso apelo, tenha andamento.

Por último eu pedia Sr. Presidente , se me desse licença, ao Vereador Eng.º Pedro Faria, que acompanhou o processo dos feirantes que contasse aqui a história, porque também aqui a história é um pouco diferente daquilo que o Deputado Luís Pinto fez aqui, um pequeno enunciado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Faça favor Sr. Vereador!

VEREADOR ENG.º PEDRO FARIA

Boa noite a todos.

Eu começo por pedir desculpa porque não ouvi inteiramente a questão mas tanto quanto me apercebi falava-se do mercado e acusava-se a Câmara de falta de planeamento o que não corresponde minimamente à verdade. Na realidade, acerca de cinco meses que esta questão foi colocada nomeadamente à Associação de Feirantes do Centro, colocada a questão para onde mudar o Mercado do Levante durante o tempo da Feira de Leiria e a sua preparação, havia vários

lugares disponíveis, para onde normalmente ela é transferida não é possível porque está a ser preparada para jardim e acabou por se decidir e ir para o Parque da Fonte Quente e incluindo o parque infantil e aquele parque ali do campo de ténis. Fez-se uma preparação forte do local, distribuíram-se todos os feirantes por todo o lado fez-se marcações no chão, fez-se alterações ao trânsito que aliás foram aqui aprovadas na Câmara Municipal, para diminuir a pressão de estacionamento, negociou-se com um loteamento que ali está fechado, abrir-se temporariamente durante este período para permitir que alguns automóveis ali estacionassem, conseguiu-se também libertar um terreno provisoriamente é claro que ali há particular, que foi tratado e levou um tout-venant para permitir que os automóveis também ali pudessem estacionar e portanto tudo indicava que essa mudança iria decorrer dentro da normalidade. Acontece que e isso não era previsível, apresentou-se para a primeira feira, não só os feirantes do costume como um número muito superior aquele que é usual, de feirantes de etnia cigana e o que fez com que por um lado eles deixaram de caber naquilo que estava estabelecido, mas sobretudo os ciganos pela força, ocuparam os lugares que estavam destinados a alguns dos feirantes o que baralhou por completo aquela distribuição ali de lugares e fez com que alguns feirantes, que tinham o seu lugar reservado o deixassem de ter e deixassem de ter lugar e naturalmente se sentissem injustiçados e , como tive oportunidade na altura de dizer com toda a razão, um feirante encartado, com as suas taxas em dia que tem lá o seu lugar destinado, que tratou do assunto atempadamente com meses de antecedência através da associação com a Câmara, e depois chega à altura e não tem lugar naturalmente que sente-se descontente. Decidiu-se então que para a feira seguinte, que decorreu no sábado, nós teríamos que organizar aquilo de outra forma, para permitir que esses tais feirantes que não costumam vir cá , esses feirantes de etnia cigana, tivessem o seu lugar e foi contactada a PSP para enfim, dar uma cobertura policial e que era exigível neste caso. O que acontece também aqui e é preciso que se compreenda, é que dentro destes vendedores de etnia cigana, há ciganos que vieram desde a Figueira da Foz, até Peniche em quantidades razoáveis, cerca de cem, eles são ao todo cento e cinquenta, vieram cerca de cem que não costumam vir, e que vieram para ocupar lugar, portanto, por qualquer razão o mercado de Leiria está muito apetecível, o negócio faz-se bem e eles vieram para conquistar lugares, e há uma luta entre as várias famílias ciganas para a conquista de lugares sendo que os vendedores de etnia cigana de Leiria preferem que não haja uma feira a ter que partilhar a feira com os outros e portanto no sábado, apesar da feira ter decorrido dentro da maior normalidade aparente, na realidade houve movimentações nós tivemos lá um dispositivo policial entre as cinco da manhã e as nove, e logo que a polícia saiu houve um conjunto grande de ciganos que saíram do sítio e mudaram-se para outras posições que naturalmente não agradou aos outros. E a informação que temos de diversas fontes, é que para

amanhã enfim, preparam-se novas movimentações complicadas porque como disse, há um movimento grande que prefere que ali haja anomalias que cheguem para que o mercado não se concretize.

O nosso papel no entanto é defender aqueles que lá querem ir comprar e que lá querem ir vender, todos os feirantes não ciganos estão connosco aliás o seu repúdio é para o facto de serem sistematicamente a mudar de sítio pela força porque realmente há muita gente com medo dos ciganos e o nosso papel de Câmara, é juntamente com a polícia, tentar que aquilo decorra dentro de um mínimo de normalidade sem no entanto também transformar o mercado numa esquadra policial. Julgo que também se questionou um papel que nós fizemos distribuir, devo dizer que esse papel foi combinado com uma comissão de feirantes que aqui se deslocou à Câmara na terça-feira passada e quanto nos apercebemos foi muitíssimo bem recebido pelos feirantes em geral.

Não sei se respondi mas se alguém tiver mais alguma questão faça favor.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Vereador.

PONTO N.º 1 - RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 22.02.01 a 23.03.01 E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação;

Assim sendo, iríamos entrar na ordem de trabalhos, e, há um ponto sobre o relatório de actividades, que, com toda a certeza, a Sr.ª Presidente responderá as questões que lhe foram colocadas. E dizia eu, antes de entrarmos na ordem de trabalhos, chegaram-nos três pontos à nossa posse, um deles é a delegação de competência em Junta de Freguesia, outro é Protocolo de delegação de competência conjunto - Freguesia de Leiria, e outro, que é o Regulamento Interno do Conselho Municipal de Educação.

Este Regulamento Interno é o único que não está agendado uma vez que os outros dois cabem no ponto n.º 7 da ordem de trabalhos.

Assim sendo eu iria colocar à votação , a introdução deste ponto relativamente ao Regulamento Interno .

Quem vota contra o agendamento deste ponto?

Quem se abstém? Uma abstenção.

Está aprovado por maioria o agendamento do Regulamento Interno do Conselho Municipal de Educação.

Vamos então começar pelo ponto n.º 1.

Quem se deseja inscrever?

Sr. Deputado Cerqueira, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA(CDS/PP)

José Manuel Cerqueira, CDS/Partido Popular.

Sr. Presidente da Assembleia penso que não está a ser cumprido o regimento porquanto, é norma e tem sido hábito, que no período antes da ordem do dia, a seguir a esse período há questões a apresentar à Sr.ª Presidente de Câmara, tem sido esta a norma, e foi sobre essa questão que eu tinha levantado o braço para me poder inscrever e poder intervir!

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Segui religiosamente o art.º 26º do Regimento!

DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA(CDS/PP)

Então se me dá licença, antes de entrarmos na ordem do dia, eu queria apresentar aqui algumas questões à Sr.ª Presidente, a primeira tem a ver com a velha questão do ferro velho, já foi prometido aqui pelo Sr. Vereador Fernando Carvalho, que a questão estava a ser resolvida, porquanto até hoje nada se sabe que tenha sido feito sobre esta matéria.

Relativamente às obras da Rotunda da Cruz D'Areia, não tem sido contemplada a passagem de peões, é um perigo constante, com frequência circulam ali pessoas e crianças agora neste período escolar e portanto não está contemplado, eu aqui permitia-me perguntar ao Sr. Vereador, se vai tomar medidas nesse sentido ou se entretanto está à espera que haja ali um acidente.

Relativamente à polícia municipal, penso que foi acerca de três meses que reunimos a última vez, nunca mais voltámos a reunir, foi antes da anterior Assembleia, eu queria que fosse dito aqui, com clarividência, se é ou não vontade desta Câmara avançar com o projecto da polícia municipal ou se a vontade é protelar, e deixar que passem as eleições autárquicas e fica tudo em águas de bacalhau.

Relativamente aqui à questão da habitação social, reclamava o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Parceiros, que havia construções de habitação social, que há muito estavam por acabar, eu perguntava à Sr.ª Presidente, se o problema era da derrama? Se há dinheiro se não há dinheiro, tanto quanto se sabe a Câmara Municipal arrecadou cerca de seiscentos mil contos com a cobrança desta derrama e eu pretendia que me esclarecesse sobre esta matéria. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Como estamos no ponto n.º 1, a Sr.ª Presidente irá responder a todas as questões neste mesmo ponto e eu pergunto quem mais se quer inscrever?

Sr.ª Deputada Maria José Vieira, faça favor.

DEPUTADA MARIA JOSÉ VIEIRA(PS)

Maria José Vieira, do Partido Socialista.

Uma pergunta à Sr.ª Presidente. No relatório que apresenta deste período, eu gostava muito concretamente de saber sobre este ponto "Habitação Social", e o Partido Socialista gostaria de ver este relatório bastante mais especificado em vários temas, este principalmente diz que foram

feitos trabalhos de acompanhamento das obras de habitação social, em que Freguesias concretamente, para quando prevê concretização então destes trabalhos e projectos?

Na página quatro, o primeiro parágrafo, de facto estes parágrafos relatam as actividades deste período, mas são todos muito vagos, para mim especialmente e para o Partido Socialista a questão social pusemos em primeiro plano, e gostaríamos de ver isto mais especificado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr.ª Deputada.

Mais questões por favor!

Sr. Deputado Ilídio de Sousa, faça favor.

DEPUTADO ILÍDIO DE SOUSA(PS)

Ilídio de Sousa, Partido Socialista.

Quatro notas curtas, têm todas a ver com vias e tem a ver com circulação. Um assunto que já aqui foi de algum modo referido, mas gostaria de voltar a ele, a esta questão da A8 em três pontos importantes.

Um deles, e talvez este foi aquele de que se falou há mais tempo, foi toda aquela agitação que num determinado momento houve, por causa do traçado da A8, em relação aqui aos Parceiros. Bom, os traçados são desenhados, as autarquias mexem nisto em período de projecto, nessa altura enfim, é claro que quem zela pelo interesse das populações é o Município, são as Câmaras Municipais, provavelmente isto ainda não teria sido neste executivo, teria sido no anterior, mas bem, quando se está para passar para a fase de execução, houve de facto, toda esta perturbação.

Houve uma outra parecida, na Maceira na povoação de A-do-Barbas, um caminho existente, que pura e simplesmente teria sido ignorado em termos de projecto, este projecto mais uma vez, terá vindo à Câmara , não foi levantada qualquer questão, continua a não haver

passagem por baixo da A8, é preciso chegar-se à altura do projecto, da execução da obra, e é nessa altura que as pessoas se levantam, vêem que não há lá uma passagem por baixo da A8, e há então uma preocupação de ir fazer este tipo de correcção, com todos os prejuízos daí decorrentes. Quer num caso quer noutro, parece ficar claro, ter havido aqui alguma omissão do acompanhamento do projecto, desta mesma obra. Quando se fala agora da ligação da A8 ao IC2, e portanto isto vai acontecer daqui a uns tempos, daqui a uns meses, e de facto estamos à espera da grande confusão que vai ser o tráfego no IC2, mas penso que seria interessante também, referir, porque senão ficamos com meias verdades, tanto quanto sei, a ligação à Cova das Faias, que foi feita em devido tempo, e que me parece ter sido projectada , conjuntamente com ligação ao Alto do Vieiro, e que eventualmente teria avançado no mesmo período, penso que era este o projecto, houve aqui uma paragem do projecto da ligação ao Alto do Vieiro, penso que isto terá sido no início desta Câmara, deste executivo, por haver discordância do traçado que estava desenhado e que tinha sido acompanhado logicamente não por esta Câmara mas pela Câmara anterior, e o facto de ter havido discordância do traçado existente e se ter avançado para um novo traçado, e esta Câmara ter negociado isso com o Governo, parece-me que terá sido esse o motivo, pelo qual esta ligação se não fez à auto-estrada, e vamos agora sentir de facto aqui o grande problema, que será aA8 chegar ali, e não haver ligação à A1. Parece-me no entanto importante, que terá sido esta indecisão que não é uma indecisão mas alguma alteração daquilo que era a orientação anterior e que conduz a esta situação.

Uma última nota que não tem a ver com a A8,mas que me parece uma situação preocupante. Voltava à Maceira, à Estrada dos Guilhermes, um cruzamento de nível da Estrada dos Guilhermes que é a estrada que serve a zona industrial da Marinha Grande, com um movimento muito grande, uma via bastante larga, com possibilidade de desenvolver velocidades razoáveis, e que é atravessada por uma linha de caminho de ferro. É claro que esta linha é só para servir a cimenteira, não tem um movimento muito grande em termos de tráfego rodoviário, o que é facto em termos de Código da Estrada, o combóio tem prioridade sobre o movimento na estrada. Não seria preocupante se passasse um carro uma vez por outra, a probabilidade de ocorrência de acidentes seria diminuta, no entanto há ali um tráfego muito intenso, trânsito de pesados, enfim, e um dia destes, vai haver lá um acidente, esperemos que não, vai haver lá um acidente com alguma dimensão, e nessa altura vai-se pensar que aquela situação poderia ter sido resolvida. Com o envolvimento da REFER, creio que é esta a designação neste momento, da cimenteira e seguramente da Câmara Municipal que terá que haver, parece-me que não será difícil, equacionar ali uma situação, em que, sensorisando a aproximação do combóio naquele cruzamento seja accionado sinal vermelho e portanto com a colocação do semáforo verde e vermelho sem ter que

fazer ali passagem de nível ou cancela ou outra coisa qualquer, seria possível prevenir eventualmente esta situação que um dia destes pode eventualmente resultar numa grande catástrofe e deixava o pedido à Câmara Municipal, no sentido de eventualmente desenvolver aqui algum esforço para resolver este problema. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Carvalho, faça favor.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO(CDS/PP)

Boa noite a todos, Domingos Carvalho, Partido Popular.

Rapidamente, no relatório de actividades à Assembleia Municipal, o primeiro parágrafo refere que ..."com particular destaque para a continuação da recuperação do centro histórico a decorrer a um ritmo razoável, face às complexidades técnicas da intervenção...", eu parece-me que o português aqui está complicado, basicamente porque me parece que a Câmara tem que ter alguma dificuldade em expressar como razoável o ritmo de funcionamento das obras, face às complexidades técnicas das intervenções. O ritmo , tem que ser Sr.ª Presidente, deixo-lhe essa nota, um ritmo excepcional para esta obra do centro histórico e todas as obras que estão a decorrer na cidade de Leiria, é premente, é imperior que todo o alvoroço de obras, que como o Sr. Deputado Garcia referiu são extraordinariamente importantes para o futuro da cidade de Leiria e esperemos que para o futuro do concelho de Leiria, sejam feitas a um ritmo que não permita à Câmara satisfazer-se com a razoabilidade aqueles que estão a decorrer, temos Sr.ª Presidente se me permite expressar-me desta forma, conseguir francamente mais, temos que ter satisfação plena com o ritmo a que os trabalhos decorrem. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado.

Mais inscrições?

Sr.ª Presidente faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Ora muito bem, eu começava por esclarecer o Sr. Deputado Cerqueira, relativamente ao problema das casas sociais, cuja resposta foi dada exactamente ao Sr. Deputado Luís Teixeira, da Junta dos Parceiros. Não há qualquer tipo de problema no pagamento das obras da casas sociais que estão em curso, expliquei efectivamente, que o problema que se pôs é um problema funcional da própria empresa e que em determinada altura se questionou se seria ou não de rescindir o

contrato e de fazer um novo concurso o que , analisadas as vantagens e as desvantagens, nos levou a optar pela manutenção da mesma empresa sabendo de antemão que está com problemas, não com problemas financeiros mas problemas de gestão interna, devido ao facto de ser uma empresa com dois sócios e de se ter separado e portanto, ainda não conseguiu reorganizar-se e reequilibrar-se. De qualquer das formas, não tem havido celeridade porque estão precisamente com este problema, eles estão a fazer simultaneamente porque ganharam os concursos, as obras de Maceira e Parceiros e portanto, neste momento nota-se que estão a conseguir melhorar mas tiveram estes problemas que relativamente à Câmara só tinha uma opção, ou rescindia os contratos e tinha que abrir novo concurso cujos constrangimentos em todos aspectos, até do ponto de vista de acerto do que é que falta fazer, que essas questões têm, ou então continuar a um ritmo controlado e permitir que enfim, a empresa se reorganizasse e que acabasse as obras e neste momento não há qualquer margem para dúvidas que as obras serão concluídas.

Relativamente às outras duas questões, e o senhor questionou directamente o senhor Vereador Fernando Carvalho, que lhe irá dar os esclarecimentos necessários.

Relativamente à Sr.ª Deputada Maria José, eu esclareci, as obras em curso são Maceira e Parceiros, está a ser terminado o projecto da Ortigosa, para se iniciar ainda este ano a obra de intervenção de casas sociais também na Ortigosa, por uma razão simples, por ter havido um privado que fez uma doação de um terreno na Ortigosa para este fim, e estamos na fase final da aquisição de um prédio semi-construído nos Pousos, que já foi também devidamente esclarecido no sentido de ser feito um direito de superfície da aquisição do prédio às Conferências de S. Vicente de Paulo nos Pousos, que por sua vez, terminarão o prédio e farão a gestão do respectivo património, no sentido de ele ser distribuído para as famílias dos Pousos, que em conjunto , Câmara, Junta de Freguesia e naturalmente as Conferências de S. Vicente de Paulo, se analisará aquelas que mais necessitam . Portanto são as obras neste caso concreto de habitação social que estão em curso e que vão responder a um número significativo no caso dos Pousos, dezasseis habitações, cinco na Maceira e outras cinco nos Parceiros e estão previstas quatro na Ortigosa, que é o que está efectivamente para se avançar de seguida.

Relativamente às questões de segurança rodoviária que o Sr. Deputado Ilídio aqui trouxe, eu só lhe fazia um apelo porque na sua preparação da intervenção, baralhou algumas coisas. Eu vou aqui, na tentativa de esclarecer as suas possíveis baralhações, não quero dizer que as questão não sejam pertinentes, mas baralhou-as um pouco. Porque é assim, conforme eu disse, o que estava previsto desde sempre fazer-se, era a A8, a A8 chegava ao Alto do Vieiro e parou. Quando esta Câmara chegou, quando este mandato foi iniciado, a única coisa que estava prevista, era a construção da A8 que dava continuação de Caldas até Marinha e depois Marinha Leiria, chegava

ao Alto do Vieiro e não havia mais qualquer ligação nem qualquer tipo de intervenção adicional ou seja aquilo que nós vamos viver quando a A8 chegar ao Alto do Vieiro, era aquilo que estava previsto vivermos para sempre, o que havia não estava como projecto feito nem sequer intenções de avançar, quando foram negociadas as alterações à A8 e eu depois já lhe explico quais foram essa alterações negociadas, chegou-se à conclusão e em variadíssimas conversas em reuniões que houve quer com o Secretário de Estado quer com o Presidente do Instituto de Estradas, que era inconcebível que a A8 chegasse ao Alto do Vieiro e não tivesse continuidade até à A1, que ia naturalmente afunilar entre o Alto do Vieiro e a Cova das Faias. Foram variadíssimas as existências até que se fez luz nos espíritos e chegou-se à conclusão de que era imprescindível avançar com o chamado IC36 que liga as duas auto-estradas, ou seja, foi já na vigência deste mandato que foi conseguido e por isso a referência que eu há pouco fazia, do referido cartão que o Sr. Prof. António Lamas me fez chegar quando saiu o anúncio do IC36, precisamente porque achou que era uma conquista com muita persistência , e escreveu-o no dito cartão, porque senão não havia IC36, mesmo assim, o atraso do anúncio do concurso é de um ano e meio, tal e qual como eu disse há pouco na intervenção ou seja, não houve nenhum contravapor por parte desta Câmara, antes pelo contrário, é que ninguém levantou problema absolutamente nenhum, o que se exigiu foi que com o problema criado com a chegada da A8 ao Alto do Vieiro sem qualquer seguimento, era insuportável, não só para Leiria mas para toda a região e com essas persistências e com essas reuniões permanentes conseguiu-se com um ano e meio de atraso, que efectivamente fosse anunciado o concurso do IC36, que passou a contemplar além do IC36, o alargamento do IC2 entre o Alto do Vieiro e a Cova das Faias, portanto não houve qualquer tipo de exigência ou qualquer tipo de alteração, foi isto claramente o que aconteceu.

Outro pormenor, era prática antiga, quer da Secretaria de Estado das Obras Públicas quer do Instituto de Estradas de Portugal que na altura chamava-se JAE mas isso agora não interessa, de avançar com a marcação de corredores sem pedir às Câmaras para darem pareceres concretos sobre os projectos e veja-se por exemplo as discussões que houve até nesta Assembleia, relativamente ao traçado na A8 na zona dos Parceiros, que a Junta de Freguesia dos Parceiros nunca tinha sido ouvida nem tida nem havida, relativamente ao projecto, assim como a Câmara de Leiria, directamente através de processo aqui entrado também não tinha sido. É provável que tivesse havido algumas conversações de então com a Câmara, mas não houve entrada de projecto, aliás, para dizer que foi uma das exigências que nós fizemos relativamente a todas as auto-estradas que agora passem a existir com intervenção na zona do concelho de Leiria, que devem vir previamente a parecer da Câmara para nós naturalmente termos conhecimento e nos podermos pronunciar e neste momento estamos à espera que nos seja enviado o traçado da A8 para Norte, de

Leiria em caminho da Figueira que ainda não nos chegou apesar de eu como digo na última reunião que tive com o Sr. Secretário de Estado voltar a repetir para nos ser enviado. Ou seja, os problemas por parte das autarquias começaram a ser sentidos quando se começou a perceber já na prática, já com concurso aberto, já com adjudicação feita, o que é que ia acontecer, e foi exactamente isso que aconteceu concretamente nos Parceiros, em que as pessoas se começaram a aperceber de que havia ali soluções técnicas que eram limitativas da qualidade de vida das pessoas e começaram a levantar questões, nomeadamente do problema mais significativo junto da Urbanização do Portuguinho relativamente aos taludes que estavam previstos , por um lado isso, e por um lado a localização da praça da portagem que ia ter consequências negativas do ponto de vista técnico, do ponto de vista prático de pois de construído e conseguiu-se de pois de várias reuniões havidas que efectivamente fossem colmatados esses dois erros objectivos, conseguindo-se que a questão da solução do talude fosse eliminado e passasse para uma solução de viaduto no Portuguinho , e mudando as praças das portagens porque entretanto também houve uma evolução relativamente à solução que passou a ser a construção do IC36, a partir do momento em que há construção do IC36 há uma natural reformulação da praça da portagem, na chegada ao Alto do Vieiro. Mas o IC9 passou a existir, estava previsto o seu corredor, mas uma coisa é estar previsto o corredor, outra coisa é o projecto de execução, o corredor do IC36 actual, utiliza o corredor que estava guardado para o IC9, isso é o mesmo, mas quando eu falo em corredor é apenas uma via onde diz que não é possível construir porque um dia há-de ali passar uma estrada, não propriamente dita, a solução técnica encontrada porque isso só vai existir depois de elaborado o próprio projecto certo? Só quando o projecto do IC36 estiver pronto é que neste contexto actual será enviado à Câmara para a Câmara se pronunciar, e pode naturalmente dar um parecer, se está bem, se não está, se entende que deve haver uma solução de viaduto ou uma solução em talude, só nesse contexto, porque até aí há um corredor que está guardado, não um solução técnica de implantação da própria auto-estrada e com a A8 aconteceu exactamente assim, portanto a A8 chegava como chega até ao Alto do Vieiro aliás, ela chega até à Marinha porque da Marinha para cá já se chama IC36 mas agora isso é irrelevante para o caso e portanto quando aparecem as consequências práticas da realização da obra é que efectivamente nós levantamos os problemas porque não havia conhecimento objectivo do projecto, havia do corredor mas não havida do projecto, como também não havia e pela mesma lógica de raciocínio, conhecimento do que é que ia acontecer em A-do-Barbas, se tinha passagem se não tinha passagem, só depois de efectivamente se começarem as obras e de já haver desenhos objectivos e nós começarmos a tentar saber o que é que se passa e o que é que não se passa, é que demos conta que efectivamente ali não havia uma passagem prevista e então tentou-se negociar uma alternativa que foi conseguida,

não era efectivamente a melhor alternativa mas foi uma alternativa de certa maneira equilibrada porque em paralelo com a criação da passagem é feita uma via paralela à auto-estrada que vai ser pavimentada e alargada, foi este compromisso que se conseguiu. Ora bem, tudo isto é evitado se antes do início da própria obra é enviado para a respectiva Câmara e quando digo Câmara digo Junta de Freguesia da mesma forma, um projecto de execução que nos permita ver quais são as soluções técnicas que são adoptadas e aí nós, a tempo e horas dizemos "atenção que há aqui uma população que não está servida" ou ali há um nó que devia existir e não está previsto, mas essa metodologia foi assente já agora neste mandato com enfim os responsáveis no sentido de nos fazerem chegar os projectos de execução para nós podermos apreciar ainda antes numa fase anterior ao início da própria obra que foi o que aconteceu com estas vicissitudes da A8. E nós em relação à A8, foi uma das coisas que efectivamente andámos à procura, como diz não foi já no nosso tempo, foi anterior, mas não existia registo, agora, é provável se me disser assim "terá havido conversações?" , mas conversações que não ficaram registadas, inclusivamente a Junta de Freguesia dos Parceiros foi assumido claramente pelo na altura Secretário de Estado das Obras Públicas, que efectivamente para aquela Junta nunca tinha ido nada para consulta.

Portanto, havia uma metodologia não sistematizada do ponto de vista de consulta às autarquias e claro que dá confusões porque devem ser consultadas no momento do projecto de execução, que é diferente do guardar o corredor, o corredor estava guardado, mas depois são as soluções técnicas, nessa altura as autarquias muito melhor que o Instituto de Estradas ou na altura a Junta Autónoma, tem condições para se pronunciar e para alertar dentro do conhecimento que tem do território, para as possíveis situações que possam surgir. Neste momento estão sistematizados estes procedimentos e como eu lhe disse estamos à espera da A8 para Norte que está mais adiantada que o próprio IC36, que já está em fase de análise de propostas, e depois será enviada para nós nos pronunciarmos, e será enviado na altura certa, o projecto do IC36 para nós nos pronunciarmos.

Relativamente à questão colocada pelo Deputado Domingos Carvalho, há efectivamente complexidade na intervenção do centro histórico, o mesmo já não digo em relação a outras obras que estão a decorrer, se me disser assim "há complexidades técnicas na intervenção da Cruz D'Areia?" é evidente, é sempre um desnivelamento, mas não tem tido do ponto de vista técnico e de obra problema nenhum, é uma obra normal, as complexidades no centro histórico são efectivamente muito maiores porque o facto de ter havido e posso dizer coragem política para mexer em tudo o que lá está enterrado, não ficou nada por mexer, quando se intervém numa rua é mexido o esgoto, a água, a luz, a Telecom, a TV Cabo e o gás, evidentemente que nos surgem situações, porque é que é complexo? Por uma razão simples ou por duas, eu só lhe quero explicar

que a complexidade traz como consequência algumas demoras face ao previsto porque tem a ver sobretudo com o facto da dimensão e da própria secção das ruas, que são estreitinhas, e depois pelas surpresas que vão sendo encontradas por não haver cadastro objectivo do que lá está e portanto, era só para lhe dizer que efectivamente nós sentimos que há complexidade, que a complexidade afecta o cidadão comum, os comerciantes, tudo isso é verdade, única e simplesmente é difícil eliminar complexidades que são reais, temos alguns atrasos acrescidos ao facto de termos tido um Inverno perfeitamente anormal, que até o é para as obras simples quanto mais para as complicadas, de modo que, fica aqui a ressalva no sentido de que o texto pode não ser muito claro mas o que queria dizer era isto. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr.ª Presidente.

O Sr. Vereador Fernando Carvalho vai intervir para dar um esclarecimento. Faça favor.

VEREADOR ENG.º FERNANDO CARVALHO

Muito boa noite, os meus cumprimentos a todos.

Vinha responder rapidamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado José Manuel Cerqueira, ele saiu agora da sala, não sei se ele estará perto para ouvir...

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Oh Sr. Vereador, eu sugeria que o senhor desse a explicação, o Sr. Deputado não está mas a Assembleia não pode estar à espera!

VEREADOR ENG.º FERNANDO CARVALHO

Ele já ali está.

Bem então relativamente à problemática da sucata, eu já aqui vim por duas vezes a esta tribuna explicar o que é que estava a acontecer e todos os trabalhos que estavam a ser desenvolvidos, no fundo trata-se de um questão extremamente complexa, que se arrastar há dezenas de anos, e que não tem um fim à vista a semanas ou a poucos meses, continua a ser desenvolvido esse trabalho que envolve no fundo uma requalificação de toda aquela zona que envolve o tratamento de diversos resíduos, e por isso irá chamar-se zona industrial de resíduos, tem a ver também com a própria revisão do PDM, com a requalificação de usos de solos, e também com uma negociação dos próprios proprietários das sucatas nomeadamente aquelas que têm maior impacto, como seja a da Rua Paulo VI, vulgarmente conhecida pela sucata da Calçada do Bravo.

Ainda à cerca de três semanas houve uma reunião nesta Câmara com o proprietário e portanto as coisas estão bastante bem encaminhadas embora, posso dizer aqui à vontade, não é nos próximos meses digamos assim, que a situação ficará totalmente resolvida, neste mandato não ficará concerteza resolvida mas ficará encaminhada a resolução do problema.

Em relação ao nó da Cruz d'Areia e à circulação dos peões, é obvio que se os carros passam com alguma dificuldades nesta fase que é a mais crítica da obra, também os peões têm a vida um pouco dificultada. Tem havido alguma preocupação em demarcar as zonas por onde eles podem passar, entre "new jerseys" mas compreendo que mesmo assim seja difícil e por isso irei ter em conta esta recomendação para ver se é possível melhorar as condições de circulação pedonais.

Em relação à polícia municipal, a última reunião não ocorreu há mais de três meses, foi há dois meses atrás, e de facto não há absolutamente nada apontado nem aquilo que disse aqui traduz a verdade, utilizando os seus termos "ficar tudo em águas de bacalhau" nada disso, porquê, porque é a própria Câmara, a Assembleia, que irão definir digamos a condução final do projecto da polícia municipal. Todo o trabalho elaborado pelo nosso consultor, Eng.º Cunha Lopes e eu próprio, está pronto há várias semanas, e só não houve reunião porque eu fazia intenção de trazer a esta Assembleia Municipal e só não está aqui hoje a ser discutido porque não foi possível que todo os elementos desta Comissão estivessem presentes a esta reunião que está marcada para depois de amanhã como sabe, para quinta feira. De qualquer forma, houve duas ou três reuniões em que não puderam estar presentes todos os elementos, e chegámos à conclusão que era impensável a última reunião aquela que vai definir o relatório final que todos estivessem presentes. Portanto, temos a garantia de que na próxima quinta-feira estarão todos presentes e portanto será produzido um documento final, que será enviado à reunião de Câmara, que por sua vez concerteza, enviará para a Assembleia Municipal para ser aqui ser discutido. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Vereador.

Relativamente ao ponto n.º 1 da ordem de Trabalhos, mais alguém deseja intervir?

Não havendo, está feita a sua apreciação e passava ao ponto n.º 2.

PONTO N.º 2 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA RELATIVO AO ANO 2000 - Apreciação, discussão e votação;

Quem deseja inscrever-se?

Sr.ª Deputada Maria José Vieira, faça favor.

DEPUTADA MARIA JOSÉ VIEIRA(PS)

Maria José Vieira, Partido Socialista.

Na página 144 do página do Relatório de Actividades de 2000, tem um quadro, o quadro 3, " Inscrições para a Habitação Social no ano 2000, por Freguesia - Freguesia de Leiria 14. "

A minha pergunta é a seguinte : são catorze novos casos para além dos já existentes, gostaríamos de saber ao todo quantos existem, dado que já em 98/99 houve mais casos destes com inscrições, e sobretudo, as famílias foram alojadas ou realojadas, esta é uma pergunta. Na página 146, há uma outra questão, ponto 1 - Bairros Sociais, refere-se e definiu como prioridade intervenção nos Bairros do Património e da Integração. Eu fico bastante preocupada pelo seguinte, há oito moradias unifamiliares em avançado estado de degradação, o que não espanta ninguém e quem conhece o bairro de facto, pergunta como é que se pode viver ali, até porque é um bairro que existe desde 89 e provavelmente nunca houve um olhar sobre aquele bairro. Mas a seguir , propôs construção de seis novas moradias no mesmo local, para realojamento dos actuais residentes, isto parece-me praticamente impossível, como é que se pode pensar em construir naquele local, mais seis novas moradias, dado que um bairro com acessos difíceis, para não dizer que são impraticáveis, eles são mais impraticáveis que difíceis. Não se percebe onde é que acaba o limite de ocupação do famoso ferro velho, que já hoje foi aqui falado e agora o Sr. Vereador ainda vem dar mais uma achega que não sei se percebi bem, a pensarem não estar a situação resolvida nos próximos meses. Relativamente à recolha do lixo , vou fazer a pergunta directamente à Sr.ª Presidente, como é que ela é feita e com que periodicidade é que a mesma é feita, será que é feita com alguma regularidade a limpeza e desinfestação das áreas envolventes dos referidos bairros, dado a imundice que se verifica naquela zona a qualquer hora do dia que alguém queira passear por lá e não é nada agradável, digo-vos já, que não é agradável fazer um passeio por ali, e quantas crianças eventualmente habitam naquele bairro, onde não existe um único espaço limpo, minimamente aceitável, para uma criança jogar à bola ou dar um pontapé numa pedra sequer.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Dava a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Sr. Presidente, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Membros da Assembleia., manda a lei que fundamentemos a nossa posição, a nossa recusa quando se trata dela sobre o Relatório de

Actividades e as contas. É o que vamos fazer, porque mais uma vez lamentavelmente, depois de muitas críticas anteriores que trouxemos aqui, que o executivo torna a apresentar um Relatório de Actividades, sem que se consiga de alguma forma ver, o desvio que existe em relação ao Plano de Actividades. A análise dos desvios do Plano de Actividades é uma constante isto é, a ausência dessa análise é uma constante nos últimos relatórios de actividade. E é mais lamentável, quando o desvio atinge de forma muito significativa, as despesas de capital previstas, e particularmente no investimento, menos trinta e dois por cento. A Assembleia Municipal, para aprovar o relatório e as contas de gerência, deve ter uma clara noção da distribuição em função da classificação funcional, isto é, das atribuições do Município, das despesas efectuadas, de forma a poder acompanhar, num quadro de restrição de receitas como foi o caso, se manter pelo menos o equilíbrio mínimo que a Câmara teria necessariamente que garantir. E, mais uma vez, o que se apresenta, é uma distribuição da despesa de forma integrada, isto é, sem possibilidade de nós podermos ver comparando entre o resumo do plano e a distribuição depois do relatório de actividades, qual foi de facto o grau de execução de cada um dos sectores e garantir, de alguma forma, a informação mínima para que possamos votar com consciência. E o que acontece, é que comparando estes dois elementos, isto é o resumo e o resumo do plano de actividades, nós vemos que alguns responsáveis apenas desenvolvem e mesmo no próprio plano, apenas dão conta de algumas acções e nunca conseguem, nunca são capazes de especificar qual é a situação do desvio em relação ao plano.

Eu gostaria de dizer que não é possível votar um plano de actividades e um relatório de actividades e as contas de gerência, quando não temos a noção exacta da situação da gerência e não temos a noção exacta do que a Câmara na realidade fez. Eu por exemplo, verifico que há situações, para as quais não consegui encontrar resposta, há bocado falou-se aqui por exemplo na habitação social, eu agora estou a pôr aqui as coisas que tenho de cabeça, temos por exemplo seiscentos e cinquenta mil contos de receita de derrama, em que houve o compromisso de ser canalizado para o saneamento e para a habitação social, está claro que trezentos e cinquenta mil foram para os SMAS, no relatório porque de facto há uma falta de desenvolvimento e de concretização, eu não consigo perceber, onde é que estão os outros duzentos e cinquenta mil, e eu votei a derrama, quero saber para onde foi o dinheiro, eu não consigo saber. Bem, eu consigo saber, que por exemplo na área da habitação social se fez ou se declara que se fez três casas em Monte Redondo e uma no Coimbrão, não chega não é, são duzentos e cinquenta mil contos, a Câmara gastou dinheiro da derrama à revelia daquilo que foi aqui decidido, mas eu vou mais longe, o caso da educação, a distribuição no plano era à volta de 11,4%, o relatório em relação por exemplo à educação e ao desporto até está bem desenvolvido, com um bocado de trabalho, nós

conseguimos comparar mas omitem o quadro dos desvios e parece até , quem ler o relatório, que em relação à educação que até cumpriram o plano, mas eu vou ver em concreto e é mentira, porquê? Porque tinham previstos 11,4 e eu vejo agora, tirando as despesas com pessoal, que a verba na distribuição global é de 4%, isto significa que é menos de 50% quando a distribuição está integrada com as despesas de pessoal e é esse o problema, é que nunca conseguimos ver, e então o grau de execução em relação à educação deve ser aí uns 30%, os senhores podem refutar isto tudo eu é que não estou em condições de poder avaliar como membro da Assembleia Municipal o grau da execução, a capacidade da gestão desta Câmara, porquê? Porque omitem os quadros de desvio, e bom, é bom que a Câmara por exemplo em relação a algumas destas matérias, nomeadamente em relação à questão da habitação social, então justifique aqui o fez ao dinheiro, se me disser que está no saldo isto é, os duzentos e cinquenta mil contos estão no saldo para este ano, então vou ficar satisfeito porque vamos ter muita habitação social este ano, e eu vou estar atento se de facto as muitas dezenas de habitações que podiam ter sido já feitas, e agora os mais sessenta e três pedidos que estão no relatório, se vão finalmente concretizar, porque dinheiro não vai faltar, há pelo menos, de acordo com a decisão desta Assembleia, trezentos e vinte mil contos para aplicarem em habitação social.

O que eu quero dizer Sr.ª Presidente e senhores membros do executivo, é que não é aceitável a forma como se apresentam as contas e o relatório, porque dá a sensação que se faz isto para cumprir calendário e de forma burocrática, eu quero dizer que em relação ao desporto e à educação, até sinto que houve ali a intenção de prestar contas, e vê-se que há a intenção de prestar contas, mas em relação ao resto, é claro que depois podemos discutir se estamos de acordo ou não estamos de acordo, mas há e eu reconheço isso, mas em relação ao resto, vê-se que foi para cumprir calendário e que falto elementos e que é necessário responsabilidade política porque é disso que se trata, não é o cumprimento burocrático de uma tarefa naquilo que se afirma, e é por isso que nós não vamos dar o aval a este documento, é porque não dá garantias nenhumas estarmos a aprovar uma coisa que nós tenhamos consciência é como aquele ponto que ali está, que nos mandaram para casa e que daqui a bocado vamos discutir, quem é que pode em consciência decidir certo tipo de coisas quando nos falta a informação, tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra ao Sr. Deputado António Carvalho. Faça favor.

DEPUTADO ANTÓNIO CARVALHO(Presidente da Junta de Freguesia das Cortes)

António Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia das Cortes, PS.

Sr. Presidente, Sr.ª Presidente, Srs.. Deputados, caros colegas.

Eu só fiquei surpreendido ao ler o relatório sobre a habitação e o alojamento, e fiquei surpreendido porque vejo aqui para as Cortes uma casa e eu queria fazer a pergunta à Sr.ª Presidente directamente, é na página 144. Como é que aparece aqui este número, só uma casa, quando a Junta de Freguesia no plano de actividades todos os anos põe pelo menos cinco! Portanto isto voltando um bocadinho atrás, a Junta de Freguesia, comprou um terreno salvo erro em 1992, para esse fim, tem um terreno com sete mil metros, que eu já expliquei à Sr.ª Presidente, no entanto até hoje, não aparece nada, aprece esta aqui e eu gostava de saber quem é que deu esta informação à Sr.ª Presidente, era só.

PRESIDENTE DA MESA)LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava a palavra ao Sr. Deputado Gonçalo Lopes, faça favor.

DEPUTADO GONÇALO LOPES(PS)

Gonçalo Lopes, Partido Socialista.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.ª Presidente, caros Vereadores, excelentíssimos Deputados da Assembleia Municipal, cumpre-me antes de mais dizer que, tinha uma intervenção preparada, o Partido Socialista tinha uma intervenção preparada para ser apresentada em Power Point, não tivemos a possibilidade de o fazer, daí hoje fazer uma intervenção diferente de anteriores avaliações que fiz em anteriores contas de gerências e em relatórios de actividade, no entanto, irei exprimir e apontar algumas das avaliações que a gente fez dos documentos em análise. Antes de mais, gostaria de deixar aqui uma mensagem de saudação pelo 27º Aniversário do 25 de Abril e de deixar obviamente uma mensagem para todos aqueles que conseguiram que hoje estivéssemos aqui nesta Assembleia a discutir e a ser eleitos pelo povo, para estarmos aqui a discutir política e a decidir o futuro do nosso concelho.

E, passando propriamente à intervenção, e pegando um pouco naquilo que o Deputado do Partido Comunista falou, da dificuldade que teve na avaliação deste mandato, a dificuldade resulta obviamente nos documentos serem pouco minuciosos mas também essa avaliação ainda é mais difícil quando existe pouco para avaliar. E de facto é um pouco essa sensação que o Partido Socialista tem da avaliação do mandato que faz deste executivo do PSD, durante estes quatro anos, de facto, aquilo que verificámos é que durante dois anos houve recurso sistemático à necessidade de avaliação das reais possibilidades da Câmara Municipal, das suas dificuldades, da sua real situação financeira, uma necessidade de estudo sobre aquilo que eram os verdadeiros projectos para o concelho, e de facto foram dois anos que prejudicaram este mandato no entender

do Partido Socialista, foi muito tempo de reflexão e foi um tempo precioso onde se deviam ter tomado decisões estratégicas ara o concelho. E daí, a avaliação que nós vamos fazer deste mandato, e porque cumpre nesta Assembleia Municipal fazer um balanço deste mandato porque de facto é a última oportunidade que temos para discutir o mandato da Câmara, é com alguma desilusão e frustração que o PS avalia o desempenho da Câmara Municipal. Mas, para além dessa consideração, importa deixar aqui uma mensagem, um apelo à Câmara Municipal. Se durante estes quatro anos não teve nem o engenho nem a capacidade para desenvolver o nosso concelho, não prejudique o concelho em futuros mandatos, em futuros orçamentos, a verdade e nós aí temos a consciência disso, que a Câmara Municipal quando este mandato iniciou, tinha obviamente compromissos assumidos e não pagos, teriam que ser pagos e que prejudicou obviamente alguma evolução. No entanto, é importante que não repitam o mesmo erro que repetiram no passado, e que pense que o seu mandato é de quatro anos e não de oito, que no futuro, na futura eleição, teremos que programar se calhar outras orientações políticas e não pode impugnar as finanças de uma autarquia no último ano eleitoral antes das eleições, seria uma atitude no nosso entender politicamente incorrecta tendo e conta que estamos a falar no final do mandato, e não tentem nem o recurso ao endividamento nem aos créditos e nem ao recurso de dívidas incobráveis na transição do mandato deste ano para prejudicar mandatos sucessivos.

Agora, relativamente a esta conta de gerência, o erro de previsão das receitas que a Sr.ª Presidente teve oportunidade de agora no início nos distribuir estas tabelas, com as evoluções das despesas e das receitas, de facto importa dizer que a parte que diz respeito ao principal erro de previsão está a ser outra a vez as receitas de capital e é algo que o Partido Socialista há um ano atrás sublinhou e de facto, era uma perspectiva optimista, e o que se veio a confirmar. Nós consideramos os documentos do plano de actividades e o orçamento documentos de gestão, de orientação, onde têm que estar assentes em prioridades e de facto aquilo que se verificou é que quando existe este erro de previsão, existe depois uma gestão um bocado sinuosa e é o que se verifica. Mas enquanto a Câmara teve a preocupação ao distribuir-nos esta tabela da evolução das receitas, dizendo que de facto nos últimos seis anos a receita tem subido, esqueceu-se de fazer a mesma tabela para a evolução das despesas. Então e já agora relativamente à evolução das despesas, importa referir que durante estes anos a evolução da despesa corrente também nos preocupou, e sobretudo quando é uma preocupação de toda a administração pública e devia ser no meu entender também, uma preocupação da própria Câmara Municipal controlar tudo aquilo que diz respeito aos gastos supérfluos, no que diz respeito à aquisição de serviços e no que diz respeito também muitas vezes à contratação de pessoal. E é nesse aspecto que no meu entender, o PS considera que devia haver um maior controlo e um maior rigor, assistimos como eu disse no início

da minha intervenção, durante os primeiros dois anos, ao recurso, à necessidade do estudo e da planificação e assisti hoje e tenho assistido no último ano a uma outra vertente apresentada pelo executivo do PSD, é que de facto agora já sabem tudo agora aquilo que não conseguem fazer tem que se arranjar uma desculpa, é a técnica da desculpabilização, e de facto, a mim parece-me que na política também tem que ser leal e honesto e nas situações em que não somos capazes de fazer, temos que justificar os motivos porque não sabemos fazer, mas temos que muitas vezes, explicar muito bem explicado, sem recorrer às desculpa dos outros, por aquilo que não somos capazes de fazer.

Só queria dizer por último, que é com grande desânimo, que fazemos a tal avaliação deste mandato, em que de facto as medidas estruturantes, ao fim de quatro anos, não estão apresentadas nem vão ser postas em prática nestes quatro anos, e de facto a qualidade de vida dos leirienses, e das pessoas que vivem neste concelho, não houve uma marca deixada por esta Câmara Municipal, e digo isso como compreendem com alguma frustração porque de facto estamos aqui hoje eleitos para discutir política estamos também eleitos para tomar decisões e medidas para melhorar o bem estar dos leirienses e isso, parece-me a mim, que não foi conseguido durante estes quatro anos, no que diz respeito a áreas tão importantes como a questão do trânsito, como a questão do ambiente, como a questão do bem estar social e de equipamentos sociais para as pessoas que vivem neste concelho, a Câmara Municipal não consegue mostrar neste relatório, a sua obra e é isso que no fundo, terá que ser obviamente depois julgada como acredito que irá ser, na altura certa quando for as eleições autárquicas, tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, dava a palavra à Sr.ª Presidente, faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Ora bem eu começava por dar umas explicações às questões levantadas pela Sr.ª Deputada Maria José. Aquela tabela e a resposta serve para si e para o Sr. Deputado António Carvalho, a senhora percebeu mas ele não, aquela tabela tem apenas as inscrições do ano 2000, aquela uma casa que aparece em relação às Cortes, foi uma família das Cortes que se veio inscrever no ano 2000, isso não significa que tivesse outras famílias para trás inscritas, faço-me entender Sr. Deputado Carvalho? Pronto.

Relativamente às anteriores inscrições, o número não lhe posso dizer, não tenho aqui elementos e não constam quais estavam pendentes, houve efectivamente aquele total no caso de Leiria de catorze inscrições feitas no ano 2000 e, houve distribuições em Leiria, sete distribuições

no ano 2000 em Leiria, portanto houve catorze novas e houve sete que foram distribuídas no total do ano 2000.

Alguns pormenores relativamente ao bairro que referiu, ao bairro do património, é assim: nós começamos por fazer um estudo sociológico das condições e das famílias que vivem no bairro do património; esse estudo levou-nos às seguintes conclusões, as pessoas que lá vivem gostam de lá viver, sentem-se bem naquele tipo de ambiente. Ora bem, perante essa questão, famílias inclusivamente que nós tínhamos arranjado casa para mudar, nomeadamente para o bairro Sá Carneiro ou para a Cova das Faias, recusaram-se a mudar, porque é o ambiente deles, porque vivem ali, a razão é porque se sentem bem naquele ambiente onde viveram toda a vida e onde enfim, as famílias e os vizinhos, foi esta a conclusão eu posso fazer chegar, porque foi um estudo profundo com inquéritos às famílias com análises de condições sociais das próprias famílias, e que demonstrou exactamente isto. Aquelas que estavam dispostas a mudar, porque havia-as, duas ou três que estavam dispostas a mudar nós mudámo-las , realojámo-las na Cova das Faias e no Bairro Sá Carneiro, nas casas que entretanto foram sendo disponíveis. Relativamente às outras, a opção foi reconstruir as casas, e quando se diz construir não está cientificamente correcto, não é construir sete casas a mais, é reconstruir, é fazer substituir aquelas que estão em mau estado, fazer de novo e mudar, atendendo ou indo de encontro a essa vontade que as pessoas têm, sobretudo famílias mais idosas de, ali se manterem a viver naturalmente melhorando-lhe as condições. Não têm é efectivamente condições para aumentar o número de residências, de maneira nenhuma, é manter o número que lá tem mas substituir as que estão degradas e que estão em más condições por novas e neste momento isso já está lá a ser feito em relação a várias famílias. Resta dizer que aquele bairro tem duas realidades sociológicas diferentes, a parte da etnia cigana que está razoavelmente bem, eles vão cuidando daquilo, e depois tem a parte mais degradada que são das outras famílias e é nessas que estamos prioritariamente a intervir.

Relativamente às questões levantadas pelo Deputado José Augusto Esteves, eu só fazia aqui a seguinte análise: é evidente que o relatório pode não estar ao seu gosto e tem toda a legitimidade em gostar de outro tipo de relatório com essas evidências. O mesmo já não posso concordar relativamente às contas e à apresentação da situação financeira, que está com bastante rigor, com comparações de evoluções, com análise de desvios e com explicações desses mesmos desvios relativamente à situação financeira do global, não estou a falar por sector, estou a falar de uma forma genérica.

Relativamente ao resto, evidentemente que poderia ter outro tipo de formato, com a análise dos desvios, de qualquer das formas, fica aqui a referência em relação à habitação social, que efectivamente a distribuição e volto a dizer, que é importante que esta Assembleia perceba,

apesar de quando é aprovada a derrama ser com essa intenção, do ponto de vista legal não é obrigatório mas foi distribuído para os serviços Municipalizados e foi efectivamente gasta em habitação social, em duas componentes, a habitação social realizada pela própria Câmara e em 2000 já houve reflexo financeiro relativamente às casas dos Parceiros e da Maceira, é preciso que se note, precisamente pelo atraso e pela demora que a evolução dos trabalhos tiveram conforme referi e através de apoios a instituições de solidariedade social na recuperação ou na construção de habitação para pessoas carenciadas que naturalmente se traduz também em habitação social.

Relativamente às questões levantadas pelo Deputado Gonçalo. Eu fazia uma primeira reflexão, eu acho que ficou perfeitamente claro para todos, na apresentação das contas, porque como eu disse do ponto de vista global os desvios estão perfeitamente evidenciados, que há um desvio nas receitas de capital e registe-se o desvio nulo relativamente às receitas correntes, o que é efectivamente do ponto de vista de previsão, digno de registar. Relativamente às receitas de capital, há três tipos de questões que fundamentam os desvios e que é dito no início do relatório, em primeiro lugar a receita vinda através de transferencia do Estado ou chamado FGM, tem um desvio significativo e a razão tem a ver com isto; quando foi feito, ele teve o mesmo desvio nas receitas correntes, só que nas receitas correntes, as receitas próprias geradas na própria autarquia, compensaram este desvio o que não aconteceu nas receitas de capital, nas receitas de capital ele tem um desvio significativo que se de ao facto de que quando foi feita a previsão, tinha havido um anúncio público do então Sr. Ministro Fernando Gomes que dizia que as receitas que iriam de transferencia para os Municípios iriam aumentar cerca de 10% relativamente ao que se tinha verificado no ano anterior, ao contrário do que aconteceu para o orçamento do ano 2000, em que quando nós fizemos o orçamento estava publicado já o valor das receitas a transferir para cada um dos municípios, naquela altura não está, e foi com base nisso que se fez a previsão, nós nem sequer fizemos isso, nem sequer fizemos 10%, com algumas cautelas fizemos uma previsão de 7% de aumento, o que na realidade aconteceu, foi um aumento de 2%, até lhe posso dizer em que altura é que o Sr. Ministro Fernando Gomes disse isso, foi na tomada de posse dos Srs. Governadores Civis na altura e disse publicamente " nós vamos aumentar as receitas de transferências para os Municípios em cerca de 10%, relativamente aquilo que se realizou no ano anterior", o que aconteceu, é que nós com algumas cautelas fizemos uma estimativa de aumento apenas de 7%, o que aconteceu é que foram 2% os aumentos reais.

Portanto, isto justifica uma fatia significativa, depois, conforme também é explicado , os fundos do III Quadro Comunitário, estava previsto como é sabido, que o III Quadro Comunitário arrancaria do ponto de vista de candidaturas em Maio, do ano 2000, foi anunciado publicamente, as negociações com Bruxelas iniciaram-se no início do ano 2000 em que em Maio estavam as

negociações encerradas, e que as Câmaras agilizassem tudo para que fossem as candidaturas entregues, e nós tínhamos candidaturas para isso, nomeadamente aquilo que depois entrou em Setembro ou em Outubro e começou a ter reflexos já no ano 2001, com evidências do ponto de vista financeiro nas receitas entradas no início de 2001, porque do ponto de vista de candidaturas apresentadas neste momento, só dos Serviços Municipalizados temos perto de um milhão de contos, que estavam prontas claramente, para ser entregue em Maio. O que acontece, é que o III Quadro, arrancou , do ponto de vista prático, a partir de Setembro, aceitação de candidaturas, com reflexos reais só nas contas de 2001 e isto tem uma justificação do ponto de vista financeiro de não entrar nas receitas cerca de dois milhões de contos; terceira questão, e esta é a única que efectivamente é de responsabilidade directa da Câmara na medida em que houve atraso objectivo da venda aliás há duas questões componentes das receitas dos bens de investimento, tem a ver com a venda dos terrenos na Cova das Faias, tinha havido um acordo objectivo com os compradores, que eles só pagariam a componente dos 50% que faltam após a entrega dos lotes. Evidentemente que, a entrega dos lotes já com as infra-estruturas prontas era no final de 2000, arrastou-se derivado ao facto do Inverno que tivemos em que a obra esteve parada cerca de quatro meses porque havia impossibilidade real de lá entrar. Justifica isto, uma componente significativa das receitas de capital, como justifica também uma parcela significativa, superior a cem mil contos, e tinha a ver com a venda do loteamento do Pedrógão, que depois acabou, por informações passadas, que não era correcto do ponto de vista legal ou ético estar a fazer outra venda daquilo que efectivamente as pessoas teriam já pago.

E são estas as razões que justificam o desvio nas receitas de capital pura e simplesmente, porque quem faz previsões de receitas correntes com o rigor com que foi feito, em que o desvio não chega a 1% , também as faz com as receitas de capital, única e simplesmente nas receitas de capital, entram uma quantidade de factores que nos são completamente externos, nomeadamente estes que eu acabei de referir no que diz respeito às transferências do Governo e aos fundos do III Quadro.

Relativamente às questões feitas pelo Deputado Gonçalo, eu só queria deixar aqui uma nota muito final. Se a gestão deve ser séria, deve ser com toda a verdade e com a assunção de todas as responsabilidades, também a oposição deve ser, e portanto, só quem não vive em Leiria ou caiu de outro planeta é que não encontra a serem construídas na prática, medidas estruturantes, é que não percebe que efectivamente são importantes fazerem-se planos, planos estratégicos, estudos naturais do tráfego e outros, para se implementarem as medidas e só quem cá não vive é que não vê que as medidas estão a ser aplicadas ou então, parte da conversa que nós já tivemos

aqui no período antes da ordem do dia não se refere a Leiria, deve-se referir a Marinha Grande ou outra terra qualquer aqui nas redondezas.

Por último, queria só referir que não esteja preocupado relativamente ao empenho para o futuro, porque há aqui na sua observação, qualquer coisa que não bate certo, se não há obras também não há dívidas para o futuro concerteza.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr.ª Presidente.

Não havendo mais questões sobre esta matéria, eu ainda assim perguntava se mais alguém deseja intervir? Sr. Deputado José Augusto Esteves? Seja breve então, por favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)

Tão breve quanto acho que é importante dizer que os compromissos políticos, os compromissos éticos que assumimos, quando fazemos propostas nomeadamente quando decidimos a derrama aqui, não é numa base legal mas num compromisso para resolvermos problemas reais, que nós temos a noção que se fosse para outras coisas muitos de nós não tinham votado a derrama. Votámo-la, porque há um compromisso que nós pensamos que estamos a pensar que a Câmara assuma esse compromisso político e esse compromisso ético, e que vai resolver um conjunto de problemas que a gente sente que são importantes resolver, o argumento da legalidade não é argumento aqui, e nós não podemos aceitar esse argumento. Como não aceito, não é para mim, eu sei que legalmente o Município não tem que apresentar ao tribunal de Contas os desvios por sectores, que estão lá no relatório os desvios globais, isso eu percebi, então vê-se tão bem, 2,08 milhões de contos de desvio nas receitas por três factores, muito bem aqui explicado, claro que isto dá sempre um grande campo de manobra, toda a gente sabia que ninguém ia aplicar o III Quadro Comunitário de Apoio naquele ano não é, só quem tem muita boa vontade, pelo menos aquele nível, mas o que isto dá é uma amplitude e torna de facto aleatória a execução da programação e é por isso, que num desvio de 2,08 milhões de contos se exige que venha aqui por sectores os desvios, que é para gente perceber, se gastaram tudo em alcatrão ou se gastaram tudo em zonas verdes, poucas, de facto pelo que está no relatório, desculpe Sr. Presidente não ser tão rápido mas é para dizer assim: quando o desvio é desta monta, tem que vir os desvios também por sectores, para a gente perceber, por exemplo, gastaram-se menos dinheiro em estradas,a educação foi claramente e desculpe o Sr. Vereador mas foi claramente o suporte no rateio neste diminuir, se não foi então tem que fazer melhor o relatório Sr. Vereador, tem que pôr lá o desvio de facto do seu sector, porque os números são claros e faça favor de ver entre o resumo do Plano de Actividades e o resumo que tem ali da distribuição funcional, que há um desvio de cerca de

quatrocentos mil contos na educação, de quatro para onze por cento, ainda por cima esse aí tem que ter incluído as despesas de pessoal, coisa que a gente não sabe, não conhece, não sabe como é que é a distribuição orgânica. Esta Câmara, tem que dar elementos que nos permitam avaliar a gestão, e tem que naquela matéria que aqui falei, nomeadamente em relação à habitação social e ao saneamento, assumir o compromisso até ao fim, Vossas Excelências, agarraram em trezentos mil contos ou perto disso, e desviaram-nos para outro lado, esta é que foi a realidade!

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Oh Sr. Deputado isso não foi verdade, se não tem elementos para ver não tem o direito de dizer que é assim, não foi verdade!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Sr.ª Presidente, faça favor de me dizer, se tem seiscentos e vinte e cinco mil contos de derrama, transfere trezentos e vinte e cinco mil para os SMAS, onde é que está o resto?

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Eu já lhe expliquei, foi gasto em habitação social!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Mas como é que é possível, se estão lá sessenta e quatro mil contos em habitação?

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Eu já lhe expliquei há pouco como foi, porque o gasto em habitação social foi tido em duas componentes, a obra directa feita pela Câmara e o apoio dado através de subsídios a instituições de solidariedade social que tinham intervenções a nível de habitação social, foi dado nessas duas componentes e portanto, quando eu lhe pus há pouco a questão, vamos lá ver se nos entendemos, os compromissos morais e éticos são para assumir, e o que quis referir, porque há efectivamente mudanças do ponto de vista da lei, é que há actualmente a possibilidade da derrama ser aplicada onde se quiser, não foi essa a questão, mas eu achei que era importante esclarecer isso porque, sabe bem, no passado recente não era assim, era absolutamente imprescindível que fosse aplicado naquilo em que foi combinado e é isso que nós vamos fazer e estamos a fazer, agora, era importante dar este esclarecimento do ponto de vista legal, mais nada.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Sr.ª Presidente, eu faço-lhe um apelo! É que a Câmara tenha um plano de habitação social próprio, tem aí um conjunto de pedidos e mais sessenta e três daquilo que vem no relatório e avance para a resolução desses problemas, com o dinheiro do próprio Município e que , é evidente mais uma vez, que é impossível a esta Assembleia avaliar minimamente e seriamente, e fazer-se

justiça sequer ao menos, evidentemente, quando o relatório não é transparente nessa matéria, é impossível saber se se dá a uma determinada instituição de solidariedade social se ela se destina a resolver o problema de habitação social de alguém. Como é que podemos saber, se nem uma palavra vem acerca dessa matéria no relatório? Bem e quero dizer que tenho muitas reservas acerca de que foi esse o volume efectivamente gasto em habitação social mas também nem a Sr.ª Presidente está em condições de poder dizer isso porque o relatório não é esclarecedor e infelizmente pelo se vê ali, aquilo é um cumprimento meramente burocrático dos serviços, que devem enviar aquele relatório para os respectivos Vereadores, eles é que têm a responsabilidade política, depois de avaliar aquilo, e onde se vê claramente que vem ali coisas que nem valia a pena vir, e outras que se calhar eram importantes, não estão lá.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES

Muito obrigado Sr. Deputado.

Vou colocar este ponto à votação.

Quem vota contra? Doze votos contra.

Quem se abstém? Cinco abstenções.

Está aprovado por maioria.

O Sr. Deputado Luís Pinto deseja fazer declaração de voto? Faça favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO(PS

Luís Pinto, Partido Socialista.

O Partido Socialista votou contra este ponto da ordem de trabalhos, porque o desvio de dois milhões e meio de contos na previsão pecou na falta de periodização das obras que a Câmara Municipal tinha assumido em várias áreas quer com as Juntas de Freguesia quer em termos de desenvolvimento do concelho, resultando nomeadamente no mais baixo investimento da última década na área da educação o que compromete claramente o parque escolar no futuro, que problemas como o atraso de abastecimento de água, o problema da habitação social em que são pouquíssimas as concretizações realizadas e era uma paixão que tinha sido apresentada, portanto devido a toda esta falta de planeamento que acaba por colocar os Presidentes de Junta de Freguesia de chapéu na mão permanentemente na autarquia, que no Plano de Actividades nunca foi apontado quais são as prioridades, e nós temos batido desde o início do mandato por pedir periodização para nós sabermos se o dinheiro for menos, quanto é que vai ser aplicado e isso não aconteceu e por isso o nosso voto contra, por esta falta de seriedade.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

PONTO N.º 3 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO RELATIVO AO ANO 2000; Apreciação discussão e votação;

Quem se inscreve?

O Sr. Deputado Domingos Carvalho, faça favor.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, Partido Popular.

É minha profunda convicção, de que toda a gente que está nesta sala preza o bem da população deste concelho, senão, em termos tão complicados em que o afastamento da política é cada vez maior, seriam seguramente menos as pessoas que aqui estavam, porque não se interessavam também política.

Eu sou daqueles que pensam que uma tarefa primordial de uma Câmara Municipal é garantir um conjunto de bens essenciais para as populações do seu concelho, nomeadamente em termos de estradas, de abastecimento de água, saneamento, etc.

Em relação à questão do abastecimento de água, penso que tudo o que foi dito pelo Sr. Presidente de Junta da Bajouca, é de tal forma eloquente que eu me escuso a dizer mais o que quer que seja. O facto de estarmos também no início do fim do nosso mandato, acho que nos vai deixar para a campanha eleitoral que se avizinha, no final do ano estaremos em campanha eleitoral, estarão os que participarem e que se mantiverem, preocupações dominantes, e basicamente devo-vos dizer que pelo facto de a única pessoa que habitualmente se refere à questão dos Serviços Municipalizados aqui, ser eu e o José Augusto Esteves normalmente em resposta às minhas intervenções, eu partindo do pressuposto de que todos tiveram oportunidade de ler o relatório e as contas que aqui são apresentadas, gostava em primeiro lugar de pedir uma vez mais, ao Partido Socialista e ao Partido Social Democrata, que pensem seriamente nesta questão, ao José augusto Esteves, o representante do Partido Comunista aqui nesta sala, presumir ou ter a arrogância de presumir que finalmente aparece expresso aqui no relatório uma situação que provavelmente irá trazer o Sr. Deputado José Augusto para o meu lado. Todos estão recordados que, o Deputado José Augusto Esteves habitualmente contesta as minhas posições sobre os Serviços Municipalizados com o facto de a eventual privatização dos ditos, implicar de forma directa o aumento dos custos de funcionamento ou seja, abastecimento de água, etc. Podemos todos

constatar no relatório que aqui está expresso, que a conclusão que Serviços com ratificação da Câmara Municipal expressam é que, o funcionamento regular e os investimentos necessários feitos a realizar pelos Serviços Municipalizados, implicam o aumento das tarifas, portanto estamos exactamente numa situação similar. Presumo Sr. Deputado, que em nome da coerência que eu devo reconhecer que o Sr. Deputado tem, seguramente vai passar a apoiar-me nesta matéria.

Referente ao que demais aqui é expresso e em concreto à apresentação de contas, eu peço-vos que analisem o facto de os Serviços Municipalizados, há aqui uma coisa que eu não entendo e gostaria que me explicasse, a Sr.ª Presidente ou quem de direito me fizesse a explicação, que é no arrolamento da relação de encargos assumidos e não pagos, há o número e data das facturas, em que aparece um número que eu presumo que seja obviamente um número de factura que não consigo entender se se trata de uma numeração interna ou não, presumo que sim , que seja uma numeração interna dos serviços em que faz a contabilização dos ditos, mas, não aparece a data e , se a minha premissa for correcta, que esta numeração é interna, em primeiro lugar temos um valor global de encargos assumidos e não pagos de quinhentos e cinquenta milhões de escudos, temos algumas facturas que se a minha tese de que esta numeração corresponde à numeração interna dos serviços, que ela será logicamente sequencial, temos aqui por exemplo uma factura que é a 67, que será de presumir que é uma factura do início do ano, isto admitindo que esta minha tese é correcta.

Assim sendo, e basicamente porque não quero causar qualquer tipo de diatribe política de contestação, de qualquer tipo que seja, basicamente este meu repto, é no sentido de que aqueles que não tiveram porque de facto a documentação que recebemos para esta Assembleia era extremamente pesada e que obrigava a um trabalho de casa extremamente difícil de fazer, pedia-vos encarecidamente, olhem por favor para o que este relatório diz, para as contas que são apresentadas, ponderem seriamente e em função do bem dos nossos concidadãos do concelho de Leiria, pensem qual pode ser a melhor solução, é apenas aquilo que vos queria pedir. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Sr. Deputado José Augusto Esteves, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)

José Augusto Esteves, do PCP.

Não tenho vindo aqui responder a ninguém acerca dos SMAS, muito antes da pequena querela que tivemos, vim aqui muitos anos seguidos, dizer que esta Câmara não cumpria o seu dever no investimento para com o SMAS. Tinha baixíssimos graus de execução, toda a gente se

lembra e agora também como fui crítico há bocado aqui se calhar fui-o e penso que justamente, também sou capaz de dizer que nesta matéria e nos últimos dois anos, o Município cumpriu finalmente aquilo que eu pensava que devia ter cumprido há muitos anos, que era de facto apoiar o investimento dos SMAS para desenvolver a rede de saneamento e a rede da água. E portanto eu estou de acordo com este plano porque a Câmara finalmente cumpriu com aquilo que nos temos aqui debatido, e tanto sou capaz de dizer bem como sou capaz de dizer mal, e se porventura o Sr. Deputado do CDS está convencido que me leva para o seu lado, por verificar que há um aumento de tarifas, eu gostava de lhe dizer o seguinte: se isto estivesse na mão dos privados não era um aumento de tarifas, era um aumentuzão das tarifas, e depois era a falta de controle num bem essencial, a falta de controle do Município em relação a esta matéria que é preciso garantir este bem básico para as populações e daí que, apesar de ter sido muitas vezes crítico em relação aos Serviços Municipalizados, apesar de ter sido muitas vezes crítico em relação à política municipal em relação ao saneamento e à água, eu gostaria de dizer que neste momento, finalmente dá-se algum cumprimento aquilo que nós pensamos que se deve fazer, que é aumentar essencialmente o ritmo de investimento nesta área.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Faça favor Sr. Deputado Domingos Carvalho, pedia-lhe também que fosse breve!

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, Partido Popular.

Muito rapidamente como tem que ser , em primeiro lugar ficámos a saber que afinal o problema do Deputado José Augusto Esteves não é um aumento é um aumentuzão, o relatório não fala nem numa coisa nem noutra portanto continuo a achar, que em nome da coerência, se calhar, eu estou no certo.

Duas notas finais. Em primeiro lugar, nunca defendi aqui a solução da privatização, eu sempre defendi o estudo da melhor solução à imagem e semelhança daquilo que a Associação Nacional de Municípios propõe, aquilo que eu propus nesta sala e que Vossas Excelências reprovaram foi o estudo. Em última instância, gostaria de dizer que tampouco alguma vez eu critiquei os Serviços Municipalizados, aquilo que ponho em causa é a capacidade de investimento que como é de notar, eles próprios expressam através das suas contas que dizem, não ter capacidade para fazer face ao investimento que este concelho necessita e nós vejamos uma coisa que eu acho que é extremamente importante, neste momento, praticamente todo o concelho continua sem ter saneamento básico, e neste momento a cidade de Leiria está ater uma reparação profunda do saneamento básico. Qual é, a capacidade que vai haver de fazer este tipo de

intervenção, de criação, a que prazo para todo o concelho de Leiria? É uma questão que eu acho que é fundamental para todos nós. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições acerca deste ponto, iria colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Três abstenções do PP.

Está aprovado por maioria.

PONTO N.º 4 -; LEIRISPORT - DESPORTO, LAZER E TURISMO DE LEIRIA - ALTERAÇÃO DO ACORDO PARASSOCIAL E CONTRATO DE OPÇÃO DE VENDA Apreciação discussão e votação;

Sr.ª Presidente deseja dar alguma explicação? Não quer.

Quem deseja inscrever-se acerca deste ponto n.º 4?

Não havendo inscrições irei colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Três abstenções.

Está aprovado por maioria.

PONTO N.º 5 - CEDÊNCIA À FREGUESIA DE LEIRIA DO EDIFÍCIO-SEDE DA FREGUESIA Apreciação discussão e votação;

Sr.ª Presidente quer dar alguma explicação?

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Eu penso que é melhor o Sr. Deputado Cabrita Franco dar a explicação!

DEPUTADO CABRITA FRANCO(Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)

Cabrita Franco, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

A legitimidade de propriedade da sede da Junta de Freguesia vem de há mais de 15 anos e só em 30 de Agosto de 1995 é que a Câmara Municipal, por unanimidade, achou por bem trazer à Assembleia Municipal para ser discutida esta cedência, que a mim e na altura lembro-me perfeitamente de ter dito, que não era cedência porque não se cede ao verdadeiro proprietário real,

que deveria ser a regularização de uma situação que a anterior Câmara fez. Ora, como eu disse este assunto foi trazido à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal de 28 de Setembro de 1995, penso que foi deliberado por unanimidade mas, infelizmente, esta deliberação ou seja, esta parte da acta desapareceu, como diz o próprio documento da consultora jurídica da Câmara Municipal, o qual diz que não foi só esta acta que desapareceu, outras actas desapareceram, não podendo dar seguimento e cumprimento à deliberação tomada nesta Assembleia.

Ora felizmente, a Câmara resolveu por fim e no fim do seu mandato , trazer hoje à Assembleia Municipal, e eu só para recordar gostaria de ler aqui nos documentos que foram enviados a todos os membros, e diz o seguinte: " Foi legado pelo benemérito Conde Ferreira, para instalação das escolas primárias, sendo propriedade da respectiva Junta de Freguesia conforme se verifica pelo testamento cuja cópia recentemente foi obtida." , isto tem que constar nos arquivos da Câmara porque é da Câmara que ela sai. Outra informação também da Câmara, de 10 de Março de 1988, diz a certa altura e isto é uma informação interna da Câmara, o seguinte: " Assim obtendo o Secretário da Administração do 1º Bairro do Porto certidão comprovativa de que as casas para escolas primárias, construídas e mobiliadas à custo do legado daquele benemérito, uma vez prontas, serão entregues nos termos das disposições do mesmo testamentário, à Junta Paroquial, em que fossem construídas ..." Mais abaixo, diz o seguinte : ..." Não se encontra documentação que mostre ter chegado a qualquer conclusão, acerca do edifício ter ou não ter passado à posse da Câmara..". Isto é uma informação interna da Câmara, penso que é documentação suficiente para esta Assembleia e espero que sim, faça regularizar a situação do verdadeiro proprietário das instalações da seda da Junta de Freguesia de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Sr.ª Presidente faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Eu só queria dar uma explicação complementar, o Sr. Cabrita contou tudo e está muito mais por dentro da história do que eu mas há aqui um pormenor, é que a acta não desapareceu na totalidade, desapareceu parte da acta, precisamente onde estaria expresso a votação, porque a história é contada, há aqui uma parte na acta em que tem a intervenção do senhor Cabrita, e depois, a partir de determinada altura, aparece umas reticências e é metido no mesmo ponto um ponto que não tem nada a ver ou seja, não havia acta, com a deliberação expressa, da decisão tomada relativamente ao edifício portanto, não foi propriamente ter desaparecido mas em relação a este ponto em concreto não estava expresso e é esta a explicação adicional.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Sobre esta matéria alguém se deseja inscrever? Ninguém.

Então vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovado por unanimidade.

PONTO N.º 6 - REGULAMENTOS DE CEDÊNCIA E UTILIZAÇÃO DOS PAVILHÕES DESPORTIVOS MUNICIPAIS DE : MACEIRA, GÂNDARA, CARREIRA E CARANGUEJEIRA Apreciação discussão e votação;

Sr.ª Presidente quer dar uma explicação? Não.

Quem deseja inscrever-se?

Faça favor Sr. Deputado Santos Pereira.

DEPUTADO SANTOS PEREIRA(PS)

Santos Pereira, do Partido Socialista.

Eu desejava perguntar à Sr.ª Presidente, porque é que neste regulamento para o pavilhão da Maceira, não é feita qualquer referência à situação particular dos trabalhadores da empresa da Fábrica de Cimentos da Maceira. Como sabe, em 1992 foi assinado um contrato válido por sessenta anos, que contra a cedência do terreno para construção do pavilhão haveria determinadas regalias para os trabalhadores da empresa, por outro lado, a empresa também facilitava digamos a utilização por parte da população escolar de outros bens que possui, nomeadamente piscina, campo de futebol, ringue, pista de atletismo e até um campo de ténis que entretanto desapareceu para a construção da piscina, do tanque de aprendizagem, mas que se espera que a Câmara construa um tanque novo conforme ficou acordado, portanto, gostaria de saber qual é a razão dado ser um contrato com uma validade tão grande.

Também gostaria de saber e se calhar é desconhecimento meu, se um regulamento do gimnodesportivo tem que sair sem ser publicado em Diário da República.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Obrigado Sr. Deputado.

Faça favor Sr.ª Presidente de dar as explicações.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Eu não sei se ali o Sr. Vereador quer dar alguma explicação adicional mas, aqui logo na nota justificativa da primeira folha, diz assim em determinada altura:" ...Considerando que foram ouvidas sobre o projecto do presente regulamento a Escola E.B 2,3 e Secundária da Maceira, a União Académica da Maceira e a Casa de Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria,.." portanto, por aqui depreende-se mas eu peço ali ao Sr. Vereador para dar uma explicação em pormenor, mas por aqui logo na nota justificativa depreende-se que efectivamente que enfim, a Casa de Pessoal da empresa foi ouvida na elaboração deste regulamento.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Sr. Vereador faça favor.

VEREADOR DR. PAULO RABAÇA

Boa noite.

Não está previsto de forma específica, não fala no contrato com a Casa de Pessoal mas refere no artigo 3º, se vir, no ponto um onde diz primeira prioridade como é lógico, tem que ser as actividades desportivas promovidas ou apoiadas pela Câmara Municipal de Leiria, e a segunda prioridade, para treinos e competições para entidades desportivas da Freguesia de Maceira onde se situa naturalmente a Casa de Pessoal, que desenvolve as actividades portanto é inerente e o contrato naturalmente é válido, e este regulamento não põe de parte como é lógico, o contrato que existe com a cimenteira, está é metido num ponto aqui que é geral e tem que servir outras entidades.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito obrigado Sr. Vereador.

Não há mais inscrições? Faça favor Sr. Deputado Santos Pereira.

DEPUTADO SANTOS PEREIRA(PS)

Bem, daquilo que eu percebi, o contrato continua válido. O facto de estar aqui escrito que foi ouvida a Casa do Pessoal dos Cimentos de Leiria, o contrato não foi feito com a Casa do Pessoal, por outro lado, eu sinceramente, procurei junto de alguns elementos da direcção, todos me diziam que não, não sei com quem é que a Câmara falou mas o acordo é feito com a empresa e não com a Casa do Pessoal.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Todo o relacionamento do ponto de vista desportivo tem sido feito com a Casa do Pessoal oh Sr. Deputado, ouça, não na questão dos equipamentos das infra-estruturas que o senhor referiu

na construção, mas depois na utilização dos equipamentos tem sido sempre tudo acordado com a Casa do Pessoal, na utilização, se me disser assim "agora é preciso fazer o campo de ténis, etc," agora a questão da utilização dos equipamentos tem sido sempre negociada com a Casa do Pessoal.

DEPUTADO SANTOS PEREIRA(PS)

Então portanto, digamos, se o contrato é válido, pressupõe que a Casa do Pessoal tem direito a dez horas semanas e seis horas por cada fim de semana é isso? Eu só queria saber que o contrato continuava válido para a Câmara, apesar de pelos vistos, não o ter lido, obrigado.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Muito bem, não existem mais questões vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Cinco abstenções.

Está aprovado por maioria.

PONTO N.º 7 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - Apreciação discussão e votação;

Sr.ª Presidente quer dar alguma explicação?

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Queria só dar uma explicação introdutória, porque os documentos relativos a este ponto foram distribuídos por duas vezes, pode haver alguma confusão.

Portanto, há um documento que resume as delegações de competências em várias freguesias para um conjunto de obras; depois há dois outros documentos soltos que têm uma delegação de competências na Junta de Freguesia de Leiria, uma delas sem a respectiva atribuição financeira uma vez que vai ser feita a questão da instalação de sistemas de aquecimento central de gás natural às pensas da Junta de Freguesia e portanto há aqui apenas uma delegação de competências funcional, e a outra que tem a ver com a ampliação e construção do refeitório no Jardim de Infância dos Capuchos que é uma delegação de competências com transferência de fundos para a Junta de Freguesia de Leiria. Portanto, são três documentos com esta explicação.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Dadas estas explicações, algum dos Srs. Deputados deseja intervir?

Vejo que não, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovado por unanimidade.

PONTO N.º 8 - PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO REI - APROVAÇÃO DA RECTIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES - Apreciação discussão e votação;

Sr.ª Presidente quer dar uma explicação?

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Eu queria só dar uma explicação e que tem a ver com o seguinte: este Plano de Pormenor que aqui está hoje em discussão, foi aprovado já numa passada Assembleia Municipal. Após esse trâmite legal de aprovação penso que foi em 29 de Fevereiro de 1996 que foi aprovado em Assembleia Municipal, foi enviado o documento para a CCR e para os respectivos organismos inclusivamente para a Direcção Geral do Ordenamento do Território, bem como, Ambiente e Agricultura. Na sequência do envio desse plano, foi levantada nomeadamente pela Direcção Regional do Ambiente, alguns reparos que tinham a ver fundamentalmente, com construções que estavam previstas para uma zona muito em cima de uma linha de água. Tinham sido aprovadas essas construções, a Direcção Geral do Ambiente entendeu que tinha problemas do ponto de vista ambiental, a construção e que se vê ali naquele plano, este é o plano que inicialmente foi apresentado e que está em cima, e o que está em baixo, que tem as alterações a amarelo e a vermelho são as alterações que foram introduzidas com a decisão ou pelo menos a nota introduzida pela Direcção Regional do Ambiente. Na sequência disso, foi feita uma rectificação ao Plano de Pormenor, que foi fundamentalmente a supressão dos lotes que estavam em cima da linha de água, alguns deles foram suprimidos na totalidade e outros foram transplantados vá lá, outras zonas geográficas do território. Deu origem a estas alterações que ali estão, e se houver necessidade, podem-se explicar em pormenor as alterações que estão e o que aqui está em causa neste momento é, tendo diminuído a área de construção, tendo sido eliminados alguns lotes, houve efectivamente necessidade, uma vez que o Plano de Pormenor tinha sido aprovado com outra configuração, deste mesmo plano vir novamente à Assembleia, após ter ido a reunião de Câmara, para serem aprovadas as pequenas alterações que foram introduzidas, decorrentes da exigência quanto a mim pessoalmente pertinentes, feitas pela Direcção regional do Ambiente, uma vez que estão muito em cima da linha de água aquelas construções previstas, numa banda perfeitamente visível. É genericamente o que se passou e ponho à consideração se quiserem alguma explicação mais em pormenor, estão ali atrás não só a Arquitecta Cristina do Planeamento como o próprio

Eng.º António José Ribeiro, que foi o elaborador do Plano de Pormenor e com as respectivas alterações, que poderá dar algumas questões mais de pormenor, exactamente quais foram os lotes que tiveram que ser suprimidos e para onde é que eles foram transplantados porque é isso efectivamente que está em causa neste momento.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Sr. Deputado Cerqueira, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA(CDS/PP)

José Manuel Cerqueira, Partido Popular.

Apenas um pequeno esclarecimento à Sr.ª Presidente da Câmara. Em relação às alterações efectuadas no Plano de Pormenor da Quinta do Rei, constato aqui que há supressão de lotes que inicialmente no projecto contemplavam moradias isoladas e agora vem em substituição por blocos habitacionais. E que há aqui supressão de lotes que se encontravam em regime de Reserva Ecológica Nacional, isto são compensações, não são compensações, havia moradias e agora passa a blocos habitacionais, queria que a Sr.ª Presidente fizesse o favor de esclarecer.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

O que lhe posso dizer é que efectivamente na sequência da obrigatoriedade definida pela Direcção Regional do Ambiente na eliminação daquele conjunto de lotes, não houve compensação, nem tina que haver, porque a obrigação de corrigir o Plano de Pormenor de acordo com as exigências feitas pelas respectivas entidades, era do promotor e foi efectivamente, o rearranjo do Plano, tendo em conta aquela definição de obrigatoriedade de eliminar aqueles lotes, que aqui está presente. Portanto alguns foram substituídos, moradia para bloco habitacional, outros desapareceram, no final o saldo é a redução do polígono de implantação dos diversos lotes, uma redução de fracções no n.º 21 e consequentemente da eliminação das áreas de construção, ou seja, as últimas linhas do que aqui está expresso explica efectivamente quais foram as consequências na globalidade do ponto de vista de saldo destas alterações introduzidas.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA(CDS/PP)

Muito obrigado Sr.ª Presidente.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

A propósito deste ponto, mais inscrições?

Deputado José Augusto Esteves, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Muito rápido eu vou solicitar á Mesa que dê uma explicação pelo seguinte: Este processo veio aqui numa altura com muito pouca informação. Eu estou em desacordo que por exemplo não tivessem mandado para os membros da Assembleia Municipal, aquilo que ali está, com as alterações respectivas, para a gente ver minimamente , eu tenho dificuldade em ver aquele "boneco", nem é tanto por aquilo que pode implicar mas, eu vou explicar o que é que aconteceu quando foi a aprovação daquilo tudo e que alguns até já se esqueceram de quem é que votou.

Isto passou se não me engano com quatro votos a favor numa Assembleia de cinquenta e oito, exactamente porque foi assim também explicado, "olhem tomem lá e venham cá", e naturalmente que há ali aspectos por exemplo, aqui há supressão de zonas de equipamento, de zonas verdes, etc, se calhar até está bem porque diminuiu a construção, eu ainda me lembro, julgo que é assim espero que me emendem se estiver a dizer mal, mas isto estava programado e era uma zona na altura em que o PDM previa de baixa densidade e eu vi só aquele bocadinho à escala 1/25.000, e acho que para enfiar ali cinco mil e tal pessoas, se calhar é mentira mas tenho esta noção ainda de quando foi a aprovação, e é só esse bocadinho em baixa densidade, vejam lá quando o PDM continuar aí a pressionar no sentido de uma malha mais fina, a desgraça que para aí vai e o que temos para aí.

Eu não tenho problema nenhum, digo francamente, não aprovei o projecto, não tenho problema nenhum em aprovar as alterações se eu verificar que são justas, eu tenho sinceramente dificuldade em perceber aqui sem estudar um pouco, sem ver aquilo com algum cuidado, portanto aquilo que se coloca sempre nestas circunstâncias, é a necessidade de enviar previamente aqueles dois mapazinhos, não custa nada.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Oh Sr. Deputado é assim, aquele mapazinho que aqui está em baixo, ajuda a perceber, e eu apercebi-me que este mapa que foi enviado, para se ver as diferenças teria que se ver o anterior, iria ser complicado. Este mapa que tem os amarelos e os vermelho, ajuda a compreender, mas compreende-se melhor com uma explicação, por isso é que eu acho importante que se explique.

ARQUITECTA CRISTINA GIL(Departamento de Planeamento)

Boa noite, como a Sr.ª Presidente disse, as alterações que foram introduzidas após a aprovação deste plano pela Assembleia Municipal, quando foram enviadas à DGOT em que se verificou que para estes dois arruamentos não havia parecer da Direcção Geral da Reserva Agrícola e nem do Ambiente e portanto achou que era necessário apesar de eles se terem pronunciado sobre o plano não havia especificamente a dizer que deixavam passar nesta zona da

reserva Ecológica, que tem uma linha de água, estes arruamentos que estavam previstos e que estão aqui a amarelo, e então reuniu-se a Comissão da Reserva Agrícola e Ecológica, vieram ao terreno e verificaram no terreno, não pelo PDM, que havia lotes que estavam muito em cima da linha de água, nomeadamente estes aqui, que estão aqui a amarelo e que foram suprimidos, que vão do n.º 109 ao 116, portanto, esta é a solução final que o plano apresenta. Aqui estavam previstos no Plano anterior, uma banda de edifícios e então suprimiram-se estes lotes que estão aqui a amarelo e ficaram só estes aqui. Também esta via que está aqui a amarelo foi deslocada mais para oeste por se achar que era o sítio mais propício para ela passar, portanto, eliminaram-se estes lotes aqui, em compensação houve a introdução de dois nesta zona, houve eliminação também destes lotes que estavam na Reserva Ecológica e que eles consideraram no local, que era uma zona também bastante declivosa e com características ecológicas e as alterações consistem essencialmente nisto, é a redução aqui de alguns lotes e a introdução de outros. Portanto, estas alterações são de pormenor e também o regulamento do plano foi também alterado, nomeadamente no seu articulado por questões de legislação e formais que o gabinete jurídico entendeu. Esta demora toda, de 1996 até agora, deve-se à alteração da legislação, à introdução das entidades que se pronunciaram depois de já se terem pronunciado, porque quando eles vieram aqui já todos se tinham pronunciado, e se calhar isto demonstra um bocado o processo dos planos de pormenor e da nossa legislação que está completamente emperrada e que leva anos para que um plano seja aprovado, quando ele ao ser aprovado já devíamos estar a pensar era noutro.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Sr. Deputado Domingos Carvalho, faça favor.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO(CDS/PP)

Domingos Carvalho, Partido Popular.

Em primeiro lugar, fazer uma nota aqui ao Partido Socialista para que e isto é em função do que a Sr.ª Arquitecta expressou, eu ouvi há tempos um responsável governamental referir o elevado preço da habitação. É natural, que um projecto de investimento desta índole, desta grandeza, com todo o custo que tem e com quatro anos à espera de uma decisão, não pode ter casas baratas, é uma questão grave da nossa administração, porque infelizmente a maior parte das pessoas não tem exacta noção das necessidades que tem qualquer promotor imobiliário ou construtor em termos de concitação e imobilização de recursos financeiros, para execução deste tipo de obras e os custos financeiros de uma obra deste tipo, eu gostaria com muita franqueza de saber, em que grau e em que percentagem são afectados em custo real por esta imobilização,

imagino que aquele terreno deve ter sido um investimento de grande vulto e quatro anos há-de ter um custo financeiro relevante, primeira nota.

Segunda nota, porque eu recordo-me há um tempo, penso que isto foi no mandato anterior que isto foi falado, não fazia parte da Assembleia, de ter ouvido qualquer coisa que teria a ver com o impacto do fluxo nomeadamente de tráfego que isso iria implicar naquela zona ali do hospital etc.

Com muita franqueza, é a ideia apenas que tenho dessa questão, que houve qualquer levantamento, que houve qualquer afirmação, qualquer questão sobre isto, e devo dizer que, sendo uma coisa aparentemente bonita, de facto a mim assusta-me um bocado, como é que aquela gente toda entre as oito e as nove da manhã, vai entrar em Leiria com tão pouca capacidade de transito que ali vai existir, quer dizer, isso está devidamente estudado? É basicamente essa a questão porque me preocupa. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Só queria dar um esclarecimento à observação final do Deputado Domingos Carvalho.

É assim, eu acredito que tenha sido suficientemente estudado quando isto foi aprovado, digo-lhe muito sinceramente, porque de lá para cá, muita coisa evoluiu do ponto de vista de trânsito, nomeadamente a via de penetração em Leiria, que vai ser uma ajuda preciosa para descongestionar a E.N. 113 mas, se ela não existisse, põe-se dúvidas sobre o que é que iria acontecer, aquilo vai ficar uma via praticamente local e portanto a partir daí, terá capacidade de escoamento tanto mais, que este loteamento também depois pode ter saída por cima pela zona de Casal dos Matos, portanto tem saída pelos dois lados, irá de certa maneira aliviar mas porque vamos ter a via de penetração e vamos ter a variante sul e temos as tais vias estruturantes que não se vêem mas que se vão fazendo, que vão naturalmente aliviando algo que neste momento acontece.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Não havendo mais inscrições, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovado por unanimidade

PONTO N.º 9 - ALTERAÇÃO PARCIAL AO QUADRO DE PESSOAL DA C.M.L. Apreciação discussão e votação;

Sr.ª Presidente faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Eu queria dar uma explicação prévia, porque pode criar algumas confusões. As alterações que são propostas, terminam no ponto quatro. A partir do ponto cinco, é apenas um conjunto de informações de alterações que se verificaram automaticamente na sequência das alterações das reclassificações profissionais. Portanto, quando há reclassificações profissionais, implicam naturalmente mudanças no quadro se não houver capacidade de absorção, o que eu aí explico, partir do ponto cinco, foram todas as alterações que se verificaram através de alterações de reclassificações que provocaram os tais aditamentos automáticos. Portanto as alterações agora propostas só são entre o ponto um e o ponto quatro que quase na sua generalidade se verifica esta proposta, atendendo à falta de vagas para as pessoas poderem fazer a evolução natural na carreira, uma vez que já atingiram os respectivos topos.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Relativamente a este ponto não havendo inscrições, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Sete abstenções.

Está aprovado por maioria.

PONTO N.º10 RECTIFICAÇÃO DA REDACÇÃO DO PONTO N.º9 DA ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE ABRIL DE 2000, REFERENTE AO PLANO DE PORMENOR DA ALMUINHA GRANDE – ALTERAÇÃO - Apreciação discussão e votação;

Sr.ª Presidente faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)

Eu penso que este documento está bastante claro do ponto de vista de explicação, é apenas uma alteração de redacção que não saiu enfim, como a DGOT exige, há aqui uma

redundância do ponto de vista legal e portanto entenderam que devia ser feita a respectiva correcção.

PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)

Ainda assim, quem deseja inscrever-se? Ninguém

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovado por unanimidade

PONTO N.º11 - REGULAMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Apreciação discussão e votação;

E, temos o ponto n.º 11, já foi aprovada a sua inclusão hoje nesta Assembleia.

Sr.ª Presidente quer dar uma explicação? Não

Alguém se quer inscrever?

Não há inscrições.

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está provado por unanimidade.

Desejo a todos um bom 25 de Abril, um bom feriado e até breve.

❖

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 92º , da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, a Assembleia Municipal, deliberou por , aprovar a acta em minuta.

ENCERRAMENTO

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 22.30 horas, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, lavrei e subscrevo.----------

Leiria, aos 23 dias do mês de Abril do ano de dois mil e um.----------

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

O Escrivão

FIM DE ACTA